

**FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS
CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA
DO BRASIL (CPDOC)**

Proibida a publicação no todo ou em parte; permitida a citação. A citação deve ser fiel à gravação, com indicação de fonte conforme abaixo.

STERN, Maria de Fátima Coelho Borges . Maria de Fátima Coelho Borges Stern (depoimento, 2005). Rio de Janeiro, CPDOC/Fundação Getulio Vargas (FGV), (1h 50min).

Esta entrevista foi realizada na vigência do convênio entre FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS FILHO DE AMPARO À PESQUISA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (FAPERJ). É obrigatório o crédito às instituições mencionadas.

**Maria de Fátima Coelho Borges Stern
(depoimento, 2005)**

Rio de Janeiro

2020

Ficha Técnica

Tipo de entrevista: Temática

Entrevistador(es): Angela Maria de Castro Gomes;

Levantamento de dados: Angela Maria de Castro Gomes; Elina da Fonte Pessanha; Regina de Moraes Morel;

Pesquisa e elaboração do roteiro: Angela Maria de Castro Gomes; Elina da Fonte Pessanha; Regina de Moraes Morel;

Técnico de gravação: Marco Dreer Buarque;

Local: Salvador - BA - Brasil;

Data: 24/11/2005

Duração: 1h 50min

Fita cassete: 2; Minidisc: 1;

Entrevista realizada no contexto da pesquisa "História do direito e da justiça do trabalho", parte integrante do projeto Pronex "Direitos e cidadania", desenvolvido pelo CPDOC com o apoio da Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ) e do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ), no período de 2004 a 2006. A escolha da entrevistada se justificou por ser, à época da entrevista, Associação dos Magistrados da Justiça do Trabalho da 5ª Região (Amatra 5) e Diretora da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra).

Temas: Advocacia; Associações profissionais; Atividade profissional; Banco do Brasil; Conselho Nacional de Justiça (CNJ); Direito; Direito público; Direito trabalhista; Família; Formação profissional; Justiça; Justiça do trabalho; Magistratura; Mão de obra; Ministério do Trabalho; Poder judiciário; Tribunal Regional do Trabalho;

Sumário

Entrevista: 24/11/2005 Fita 1-A: Local e data de nascimento; comentários sobre a relevância da pesquisa acerca da Justiça do Trabalho; nome e profissão dos pais; as motivações que a levaram a cursar Direito; avaliação do curso de Direito da Universidade Católica de Salvador (1977-1980); o surgimento do interesse pelo Direito do Trabalho; o trabalho na empresa de seu pai; o emprego na área administrativa e jurídica do Banco do Brasil; o concurso para a magistratura do trabalho (1992); a experiência de morar no convento Retiro de São Francisco; o início da carreira como juíza do trabalho; as varas do trabalho pelas quais passou no interior da Bahia.....p.1-15. Fita 1-B: O retorno para Salvador (2000) e a dificuldade em se readaptar; as questões jurídicas enfrentadas no interior; as peculiaridades lingüísticas regionais e suas implicações para a atuação da Justiça do Trabalho no interior; a dificuldade de conscientização , no NE, da existência de trabalho escravo nos dias de hoje; o crescimento progressivo da Amatra V; os cargos de vice-presidente e presidente da Amatra.....p.15-30. Fita 2-A: A disputa pela presidência da Amatra V; a dificuldade de engajamento político dos magistrados da Amatra V; o cargo de diretora de comunicação social na Anamatra (gestão de José Nilton Ferreira Pandelot); o relançamento da ouvidoria da Anamatra e as campanhas desenvolvidas; o interesse em participar de ações dos grupos móveis (combate ao trabalho escravo); o funcionamento das ouvidorias dos TRTs; a relação da ouvidoria da Anamatra com o Ministério Público do Trabalho; opinião acerca da ampliação de competência da Justiça do Trabalho; a promulgação da emenda 45 e suas conseqüências; o desempenho do Conselho Nacional de Justiça; opinião acerca dos critérios de promoção dentro da Justiça do Trabalho.....p.1-16. Fita 2-B: Posicionamento acerca da Reforma Sindical e destaque de seus principais pontos; a mudança de caráter do poder normativo; as dificuldades enfrentadas pela Justiça do Trabalho no momento; a importância das assembléias na sua gestão como presidente da Amatra V; agradecimentos finais.....p.16-26.

Entrevista: 24.11.2005

A.C – Hoje é dia 24 de novembro de 2005, eu estou em Salvador, na sede da amatra da 5ª Região, para entrevistar a presidente da amatra, dra. Fátima, eu, Ângela de Castro Gomes, e essa entrevista faz parte do projeto Pronex “História da Justiça do Trabalho no Brasil”. Então, dra. Fátima, eu queria começar já de antemão lhe agradecendo muito dispensar o tempo ao nosso projeto nos concedendo essa entrevista, e como de hábito começar perguntando a senhora, pedindo, que a senhora diga o seu nome completo, local e data de nascimento.

M.S – Meu nome é Maria de Fátima Coelho Borges Stern, nasci em Salvador, no dia 27 de maio de 1959. E gostaria também, nesse momento, aproveitando a oportunidade, de agradecer a honra da entrevista, porque nós sabemos da importância dela para traçar o perfil do juiz do trabalho e quiçá ser utilizada a pesquisa para melhorar as condições de trabalho do juiz e também melhorar a própria Justiça do Trabalho. É realmente importante e eu venho incentivando o preenchimento desses questionários através da lista da Anamatra, porque também sou diretora de comunicação social da Anamatra.

A.C – Ah sim, doutora. Então, a gente agradece duplamente a senhora pelo seu esforço e espera, vamos dizer, atender a expectativa que a magistratura do trabalho está tendo a respeito do nosso trabalho.

M.S – Eu tenho certeza que o trabalho é importante reciprocamente, tanto para vocês quanto para a Anamatra e para a Justiça do Trabalho.

A.C – Que bom, doutora. Então, a seguir queria perguntar a senhora o nome dos seus pais.

M.S – Meu pai é Antônio Manoel Coelho Borges e minha mãe Letícia Moraes Coelho Borges.

A.C – Doutora, qual era a profissão do seu pai?

M.S – Meu pai é engenheiro civil. Meu pai é engenheiro civil e atuava, assim, como empresário na área de construção de estrada.

A.C – E sua mãe?

M.S – Minha mãe é professora de Geografia, mas quando casou ela tinha só bacharelado em Geografia no Espírito Santo, porque ela é capixaba, e mais adiante, eu já devia ter uns 15 anos, ela concluiu a licenciatura, aliás, o curso dela era História e Geografia, no tempo em que História e Geografia eram juntas.

A.C – Juntas, exatamente, no início.

M.S – É, exato. Depois ela fez a licenciatura em Geografia. Mas efetivamente ela nunca exerceu a profissão, e disso se arrepende muito hoje. A família de minha mãe é uma família toda voltada às letras, não é, meu avô era acadêmico no Espírito Santo, minha tia é acadêmica, é autora de vários livros. É uma família toda voltada para estudo nessa área de Geografia, História...

A.C – Doutora, e como é que começou o interesse da senhora em fazer estudos na área de Direito?

M.S – Eu era representante de classe, sempre fui representante de classe durante o segundo grau, e no colégio em que eu estudava, e na época, não é, o Brasil estava naquela fase de franco desenvolvimento ainda na época da ditadura, e havia um direcionamento meio que automático, os grandes alunos, os crânios, aqueles assim que tinham um tino assim especial por Física, Matemática, Química, essa turma fazia, e aqui na Bahia o pólo petroquímico era florescente, fazia sempre a área de ciências exatas, notadamente Engenharia Química, Engenharia Mecânica e Engenharia Elétrica. Os outros alunos, que eram alunos bons, mas não eram, assim, especiais em uma matéria, faziam Engenharia Civil. A turma de Medicina era a turma apaixonada pela Medicina, e o resto fazia a área três, a área de ciências humanas, aí incluído o Direito. Direito era uma profissão, na época, muito desvalorizada. E eu cheguei a me inscrever no vestibular

de Engenharia Civil seguindo o padrão vigente na época. E já matriculada na Universidade Federal da Bahia eu fui fazer um discurso em um jantar de despedida e lá estava presente o professor Valdir Oliveira, que é uma pessoa muito conhecida aqui na Bahia na área de, um grande professor, na área de Geografia, e um humanista, um humanista muito destacado. E então, eu acabei de fazer o discurso e ele olhou para mim e me disse: “Você devia fazer Direito”. E aquilo, eu nunca havia pensado em fazer Direito, e aquilo me calou, não é, fundo, assim, eu parei e resolvi me matricular no vestibular de Direito na Universidade Católica de Salvador, universidade com muito menos prestígio, a verdade é essa, do que a Universidade Federal da Bahia. Então, fiz o vestibular de Engenharia Civil, alguns acharam que não devia fazer, que eu não ia cursar, eu digo: “Eu vou fazer, eu vou disputar a vaga”. Era uma questão até de orgulho, eu tinha me preparado para o vestibular de Engenharia Civil. Fiz o vestibular, fui aprovada, fui aprovada também no vestibular da Universidade Católica e cursei Direito na Universidade Católica. Foi assim que eu ingressei na carreira do Direito.

A.C – E aí a senhora fez os dois, passou nos dois...

M.S – Não, eu fiz os dois, mas não cheguei a cursar.

A.C – Não chegou a entrar na de Engenharia Civil.

M.S – Não cursei, nem sequer me matriculei.

A.C – Quer dizer, realmente foi ganha para o Direito completamente já desde o início. Doutora, como é que a senhora avalia, hoje, o seu curso de Direito na Universidade Católica?

M.S – Olha, eu sempre fui boa aluna e tenho, assim, caladinho lá no coração, um arrependimento, uma mágoa de não ter cursado na Universidade Federal da Bahia. Não que eu tenha queixa da Universidade Católica, mas o curso da Universidade Católica ele é mais voltado para a área de dogmática, não é, a área do Direito positivo, do Direito vigente, e não é um curso que a gente costuma a chamar de “abre cabeça”. Não é de fato. É uma escola e não tem o perfil de uma faculdade, não é. Eu, no meio do curso,

tive vontade de interromper o curso na Universidade Católica e fazer vestibular na faculdade de Direito. Mas a turma do deixo disso chega, e não, já está no meio do curso, para que? Vai mudar para que? Depois que forma ninguém destaca que seja de uma ou de outra universidade... Aí me acomodei e fiquei. Mas tenho, assim, uma certa mágoa de não ter feito. Tanto que o meu filho faz Direito e na ocasião do vestibular eu insistia muito na federal. Minha mãe dizia: “Mas você não deve fazer isso, porque se o menino...”, e hoje a carreira de Direito é uma carreira valorizada...

A.C – Muito até.

M.S – E na ocasião, só fazendo um retrocesso, na ocasião, quando eu tomei a decisão de fazer Direito, era comum as pessoas me dizerem: “Mas você vai se perder fazendo Direito, você vai se perder fazendo Direito”. Porque as pessoas reconheciam em mim um potencial, porque eu era mesmo uma boa aluna. E hoje não. Hoje a carreira é uma carreira muito concorrida. E eu insistia muito. Minha mãe, “Mas Fátima, não faça isso. Se o menino não passar na federal o menino vai ficar triste”. Eu digo: “Não, tudo bem. Mas que eu acho que ele deve fazer na federal, eu acho, apesar das greves...”, e ele às vezes se arrepende, se aborrece, por conta do curso muito... Mas ainda assim eu acho que vale a pena cursar a universidade federal, porque eu acho que é uma coisa de universalidade mesmo, enfim, é uma coisa mais investigativa, mais instigante do que o curso que eu fiz. Mas para a profissão, de fato, não fez diferença, não é, na vida prática não fez diferença.

A.C – Sobretudo, porque a senhora era boa estudante.

M.S – Eu era boa estudante.

A.C – Em que ano a senhora entra, então, no curso, em que ano se forma?

M.S - Olhe...

A.C – Mais ou menos...

M.S – Eu sou péssima de datas.

A.C – Não tem problema.

M.S – Eu me formei, eu me formei no ano de, acho que dezembro de 80.

A.C – 1980. Então deve ter começado o curso...

M.S – Eu fiz em quatro anos.

A.C – Isso. Então, 76, 77, 78, 79, 80.

M.S – Nessa fase.

A.C – Então deve ter entrado em 1977.

M.S – É, 77, sete, oito, nove, dez, é está certo.

A.C – Isso, não é. Mais ou menos em 77. Quer dizer, o curso tinha essa característica que a senhora falou, era pouco instigante, mas a senhora teve algum professor, por exemplo, que lhe chamou a atenção, que foi particularmente, vamos dizer assim, exerceu alguma influência.

M.S – Olha, o curso, no curso havia uma grande incidência de pessoas mais velhas, muita gente com matrícula especial e muita gente que queria ter o curso de Direito só para ter o diploma ou só para galgar algum nível no trabalho, não é. Então o perfil era um pouco esse. Professores, não é? Nem sei... Hoje, assim, do alto de minha maturidade profissional eu não avalio assim, talvez o paraninfo da turma, César Santos, tenha sido realmente assim o que mais se destacou porque nos acompanhou durante muito tempo. Mas eu não tenho, assim, um professor, pelo menos agora não me ocorre um professor

assim que eu nutrisse uma especial admiração. Durante o curso a gente tem, mas hoje, olhando de longe, eu não vejo assim.

A.C – Sei. Agora, doutora, ao longo do curso, como, se foi, ao longo do curso, que começou o seu interesse pelo Direito do Trabalho ou não?

M.S – Olha, veja bem, a minha história é uma história bastante peculiar. Porque meu pai, como eu lhe falei no início, meu pai tinha uma empresa no ramo de construção civil e deixou essa empresa muito cedo. E sofreu uma back emocional muito grande por causa disso, em uma época em que não se dissolvia empresa e... Hoje em dia é uma coisa mais comum, saiu e entrou de empresa, mas na época não, era um tabu e tal. E aí ele resolveu montar uma construtorazinha pequena com o meu marido, que resultou até em um certo desentendimento entre eles. E aí eu estava no segundo ano de faculdade, meu pai tinha uma pessoa que tinha sido sempre o braço direito dele, e essa pessoa ficou na estrutura da qual ele saiu. E então eu assumi toda essa parte, não só da construtora, a parte de setor de pessoal, a parte de setor tributário, a parte... Enfim, assumi o comando administrativo, vamos dizer, da empresa e queria me tornar esse braço direito dele porque ele se queixava muito dessa falta. Então eu fui do zero assumir, era uma empresa pequena, mas tinha, chegou a ter talvez 100 empregados, não é. Eu, sem saber absolutamente nada, eu peguei um livro que chama “Diário de Rotinas Trabalhistas”, do professor José Serson, é um juiz...

A.C – José...

M.S – José Serson. S E R S O N. Ele é aposentado, acho que do Rio ou São Paulo, não sei. E aí sentei para descascar o livro da primeira a última página, porque era um livro prático e, evidentemente, para mim que estudava Direito, dali eu consegui tirar relações teóricas que me ajudaram demais, eu tirei 10 e 10 na matéria Direito do Trabalho, não é, porque eu estava aprendendo no detalhe e daí você podia, na medida em que você ganha o embasamento teórico, as coisas se unem, se fundem.

A.C – Aprendia na teoria e aprendia na prática.

M.S – Na prática. Pois é. Aí eu trabalhava, depois comecei assumir também a parte de imposto de renda, de balanço, eu tenho noção de contabilidade... Então, eu tenho essa formação. Bom, só que eu não era remunerada, não é, o que eu ganhava eu dava ao meu pai, porque era dinheiro do meu pai mesmo, não era eu que estava investindo e tudo, e eu morava com ele. Só vim a receber um salário, que era um salário mínimo que ele me pagava, depois que eu me casei. Então, eu assumi isso e não estagiei. Eu me formei sem estagiar. Aí nesse interregno, eu fiz, já era casada, eu fiz, houve um concurso do Banco do Brasil, e meu marido é muito pragmático, ele é muito pragmático. Ele disse: “Faz, se inscreva nesse concurso do banco”. Eu digo: “Mas eu não vou passar nesse concurso”. “Não, alguém tem que passar. Alguém tem que passar”. E eu estava grávida, trabalhava com o meu pai o dia todo, de noite sentava para descascar aquelas apostilas e tal. E eu finalmente fiz a prova. Fiz a prova 10 dias antes de ter criança. Quer dizer, eu estava com a barriga enorme, pesada, assim, não é. Eu estou dizendo isso porque realmente é uma situação que muita gente corre e não vai fazer.

A.C – Não, e eu acho ótimo a senhora dizer porque isso caracteriza uma trajetória de inserção profissional de mulher, não é.

M.S – É, exatamente.

A.C – Homem não faz prova para concurso nenhum com nove meses de gravidez.

M.S – Pois é, com nove meses de gravidez. E aí fui fazer a prova e fui aprovada, não é. Fui aprovada em 26º lugar, fiquei na capital, assumi, eram os primeiros lugares, fiquei na capital. Aí comecei a me dividir, não é. Tinha filho, comecei a me dividir, eu trabalhava de manhã no banco, de tarde ia trabalhar com o meu pai e logo depois eu engravidei de novo. Então, meus filhos têm uma diferença de um ano e dois meses. Logo depois eu engravidei e aí foi muito difícil porque eu trabalhava com o meu pai, trabalhava no banco, filho pequeno, grávida de outro, foi realmente uma fase muito dura de minha vida, não é. E ao lado disso eu me sentia, eu ouvia comentário de fulano fez concurso para delegado, passou. ciclano, e eu ali no Banco do Brasil...

A.C – A senhora fazia o que especificamente no banco?

M.S – Eu trabalhava na área administrativa do banco...

A.C – Área administrativa.

M.S – É. Eu trabalhava, a minha sorte é que eu não entrei no setor de rotina do banco. O chefe meu era o verdadeiro carrasco no banco, e era a pessoa que direcionava os aprovados para os diversos setores. E aí quando ele foi me entrevistar, ele me perguntou assim: “A senhora redige bem?”. Eu aí, eu sempre redigi bem, eu tenho uma redação realmente, eu fiz o curso de redação, eu tenho redação muito boa. Acho que esse veio familiar aí, não é, ajuda. E meus filhos também têm uma redação muito boa. Eu também entrei em curso e tudo. Eu disse: “Redijo bem”. Ele disse que achou a maior graça da minha falta de modéstia, não é, em ter dito que redigia bem. Então, eu digo: “Não, eu redijo, eu sou formada em Direito e tal, redijo”. Ele aí me colocou para trabalhar com ele. E eu era uma espécie de secretária dele. Mas não secretária de telefone não, era secretária para, ele era o chefe do setor interno do banco. Aonde ele chefiava? Setor de pessoal, setor de telecomunicações, setor de limpeza. E eu trabalhava cada dia em um abacaxi.

A.C – A senhora fazia a infra dele toda.

M.S – É, exatamente, exatamente. Todos os abacaxis dele, todas as dificuldades, tudo o que era para redigir, tudo era comigo. Isso foi bom para mim porque eu não caí na rotina, de trabalhar no setor de cobrança ou... Enfim, esses trabalhos repetitivo. Aí, mas eu vivia um dilema. Tinha épocas, assim, que eu entrava em verdadeira ebulição interna, não é, me sentido mal aproveitada, sub aproveitada, achando que o tempo estava passando, como de fato passou, porque se eu tivesse feito concurso, não tivesse passado... Mas enfim, é a vida. Se não tivesse feito eu já teria, já estava hoje talvez até no tribunal. Aí eu fiquei lá no banco, não é, e entrava, assim, em processos de crise, não é, “Meus Deus do céu, o tempo está passando e eu...”. E eu queria ir para o

Departamento Jurídico, era a minha meta. O chefe tinha sido meu professor. Mas o Departamento Jurídico do banco era pequeno e não havia concurso, era na base da indicação, uma chamada concorrência interna. E eu estive lá duas vezes, não é, para falar com o meu chefe. E o chefe era meio machista, ele costumava a dizer que mulher só na área de secretaria, homem na área técnica. O fato é que há uma certa altura eu já ia deixar o Banco do Brasil, tinha acertado com um colega para ir para o escritório de advocacia dele, quando eu disse: “Eu vou fazer a última tentativa para ver se surgiu a vaga”. E tinha surgido a vaga. Aí eu mexi com uma série de pistolões, porque isso só podia ser nessa base, e fui para a Assessoria Jurídica do banco. Mas eu cheguei na Assessoria Jurídica do banco sem nunca ter estagiado, nunca ter estagiado. Fui para a área de Direito do Trabalho, porque era a área aonde eu tinha maior vivência, mas eu no passado tinha tido vontade e tentei fazer a área de Direito Tributário. Não segui a área de Direito Tributário, que eu adoro, porque não consegui estágio na época, era uma área pouco explorada, não consegui estágio com a pessoa que eu achava que seria bom, e ele me enrolou, foi na época que eu fiz o concurso... Então, enfim, a vida vai apresentando caminhos que você tem que trilhar, não é. E eu aí não fiz. Mas realmente a minha idéia inicial não era fazer Direito do Trabalho, a minha idéia inicial era fazer Direito Tributário. Aí pronto, entrei na área trabalhista do banco e depois da área trabalhista, eu fiquei, a certa altura houve um probleminha bobo comigo lá, e eu me aborreci e resolvi que eu ia fazer concurso. Mas eu nunca tive uma fixação por ser juíza. As coisas aconteceram. Eu fiz um concurso para o Ministério Público, não estava muito preparada, estava ainda no começo do estudo e não passei. E veio o do juiz do trabalho eu passei e fiz e fiquei toda satisfeita, muito satisfeita. Mas eu nunca fui obcecada pela idéia de ser juíza, nem nunca tive isso como uma meta. Até porque eu não tinha muita inserção, somente a partir da época do Banco do Brasil, uma inserção no mundo, vamos dizer assim, da operação do Direito, não é. Eu só vim a advogar muito tarde, então não conhecia muito, assim, para discernir muito o que era melhor, o que era pior, enfim. Fiz, passei, fiquei.

A.C – A experiência da senhora de advogar é no próprio banco?

M.S – É. Eu advoguei basicamente fazendo advocacia do Banco do Brasil. Eu tinha alguns processos fora, mas era um trabalho muito absorvente e eu também entrei sem estagiar, o que para mim redobrava a dificuldade, não é. Eu precisei fingir que sabia, porque, enfim, eu estava ocupando um cargo que tinha sido objeto de uma batalha enorme, e como é que chega lá e não sabe nada, não é. Então eu, para mim era tudo mais difícil, duplamente difícil. Fazer uma peça processual para mim, lógico, no início, depois não, mas no início eu demorava o dobro ou o triplo do tempo do que outra pessoa, e tinha que submeter ao colega mais experiente... Então, para mim realmente foi um aprendizado duro, um aprendizado muito duro. Porque ao estagiário é permitido perguntar qualquer coisa. Mas ao profissional formado, você não pode mais. Se você começa a perguntar dá a impressão que você é incompetente.

A.C – É, é complicado mesmo. Doutora, em que ano a senhora faz o concurso para magistrado do trabalho? A senhora lembra, mais ou menos?

M.S – Foi, mais ou menos, são 13 anos, não é, 82. 82 não, 92.

A.C – 92. 1992, não é. E a senhora aí faz o concurso e passa.

M.S – Passei, passei. Eu não queria, eu detestava essa idéia de ficar, minha vida tem umas passagens bem pitorescas. Eu não suportava a idéia de ficar, estuda mais ou menos, passa, faz concurso, perde. Essa postura nunca me agradou, porque eu acho que eu iria me desestimulando e tal. Comecei a estudar, fui estudando, fim de semana, férias, sempre assim, com muita dificuldade, sabe. Porque eu trabalhando, com dois filhos, eu tinha uma pessoa, que foi babá de meu pai, coisas da Bahia, que quem é do sul não conhece, não é. Essas senhoras antigas, que acompanhavam a família e tal.

A.C – E que dão uma tranquilidade enorme.

M.S – Tranquilidade. Então, eu devo muito a ela, sabe. Devo muito a ela, porque minha mãe nunca pode me dar apoio, porque sempre trabalhou com meu pai e nunca pode, mas ela me dava. Meu marido também me deu muito suporte e ela me dava também

demais. Então, eu pude fazer, pude ficar no interior, tranquila, pude fazer isso que eu vou lhe relatar. Eu então não queria, não gostava dessa idéia de ficar, porque, assim, eu sou pessoa muito perfeccionista, e perder um concurso é uma coisa desagradável. Para quem leva a coisa à sério, é chato. Então eu não queria. Eu aí fiz a primeira prova, passei. A partir daí eu saí de casa, fui para um convento chamado Retiro de São Francisco, que é uma espécie de convento, não sei nem se isso é comum em outros estados, mas assim, eles hospedam pessoas. É uma espécie de um hotel, um convento hotel, vamos dizer assim.

A.C – Sei, sei.

M.S – Onde as pessoas vão. Evidentemente tem toda uma rotina, tem missa... Você não é obrigado a ir à missa, nada disso. Mas é um ambiente conventual aonde você hospeda, passa fim de semana e tal. Eu aí fui para lá. Fui para lá, passei dois meses lá. Eu só vinha em casa, eu saía sábado cinco horas da tarde e voltava domingo de manhã. Eu com os filhos, com tudo, pequenos, eu tirei licença do banco, não é, arranjei uma licença aí meio maluca. E aí fui. Fui porque eu tinha uma defasagem. Eu tinha, apesar de eu estar no banco, mas o banco ele usa normas, as normas utilizadas, naquela época, hoje já não tanto, as normas que servem de base às reclamações trabalhistas, elas são normas internas do banco. Eu não tinha essa intimidade grande com todos os institutos de Direito do Trabalho. Porque quando eu cheguei no banco era um universo, hoje não, porque esse tipo de processo no banco já acabou. Hoje o banco tem hora extra, [INAUDÍVEL], como toda a reclamação trabalhista. Mas na época não. Então era complementação de aposentadoria. Resultado da história, eu trabalhava em um lugar limitado, não é, então, um lugar limitado. Então eu tinha uma defasagem grande das pessoas, não é, por causa da falta do estágio. Então, eu tive que estudar mais do que outras pessoas para recuperar isso. Então, eu entrei nessa jogada.

A.C – Esses dois meses a senhora foi para lá para estudar.

M.S – Estudar. Coincidentemente, tomava um curso de noite, um curso meio doido, mas um curso bom. É um colega nosso aposentado e tudo, um curso, ele bota colchão

no chão no porão da casa dele, um negócio muito heterodoxo. Encontrei uma menina que eu não conhecia, trabalhava na justiça, quando ela soube que eu estava lá, ela disse: “Eu vou também”. Aí foi ótimo, porque nós ficávamos nos quartos vizinhos, cada qual estudava segundo o seu método, segundo seu programa, segundo o seu jeito. Não havia interferência. No máximo a gente trocava idéia. Mas éramos companheiras na hora do café, na hora do almoço, na hora do jantar. Isso ajudou muito a quebrar a monotonia de ficar em um lugar desses isolado, não é. Então foi ótima a companhia dela nesse sentido. Mas eu passei e ela perdeu, porque ela estudava muito por apostila e eu estudava por livro, nosso esquema era muito diferente. Aí quando eu passei na segunda fase, eu voltei para lá. Voltei para lá, mas aí foram poucos dias, e depois houve um episódio que eu estava no curso, o professor mandou fazer, passou um exercício sobre forma de prova pedindo para dar nota. Ele me deu 4,5 e eu enlouqueci a quase 15 dias da prova. Aí eu vim me embora do retiro, foi aí que eu me agrupei a outras três pessoas para fazer um estudo de última hora, não é, em conjunto. Só estudei sozinha o tempo todo. E desse grupo, desse grupo só passou eu. Dois passaram depois no concurso de procurador, o outro era um professor, tinha sido meu professor na universidade. Era uma pessoa mais velha, meio problemática, tinha pressão alta, crise de pressão alta na prova, desistiu de, desistiu. E aí eu passei no concurso. Então eu passei de primeira. Mas também com esse preço, pagando esse preço, não é.

A.C – É, porque é duro. Considerando uma pessoa com família, com filhos ainda pequenos... Mesmo com apoio é muito difícil.

M.S – Muito difícil.

A.C – Psicologicamente, inclusive, muito duro.

[INTERRUPÇÃO DE GRAVAÇÃO]

A.C – Continuando aqui, a doutora faz um esforço grande, faz o concurso, passa, e aí como é que é o início da carreira como juíza do trabalho?

M.S – Na verdade, foi muito tranquilo. Eu passei de um lado para o outro da mesa, assim, tranquilamente. Não senti, eu já advogava aqui, já conhecia o esquema, a pressão dos advogados em cima do juiz, porque aqui os corredores não têm ar condicionado, agora no prédio novo vão ter, têm. Como não tem ar condicionado os advogados ficam com calor, aí entra para dentro da sala, então a sala fica cheia. E eu, mas eu me, olha, eu passei, entrei como quem bebe um copo d’água. Não senti impacto, não me afligi, nada, nada, nada. E logo de início, construí mesmo, eu sei que eu construí assim uma reputação muito boa, eu era, e eu não sou uma pessoa muito calma, assim. Não é que eu seja nervosa, mas eu tenho um temperamento mais... Mas na mesa de audiência eu sou de muita calma. E aqui na política, eu hoje venho me reinventando, não é, para me... Então, eu sou muito calma na mesa de audiência, sabe. Então, não perco a paciência... E mesmo, eu tinha me imposto isso. Eu tinha me imposto essa, eu tinha me imposto duas condições. Uma era essa, não é, de ser serena na mesa de audiência. Eu tinha uma colega, que hoje é minha colega, que eu admirava demais ela, achava ela linda fazendo audiência, assim, serena, tranquila, então, eu peguei aquele modelo. E outra coisa que eu tinha feito um compromisso, não é, de não fazer sentença lacônica, porque eu recebia no banco sentenças lacônicas para questões, assim, complexas, que você estudava, fazia uma página, duas páginas de arrazoado, vinha uma sentença com uma fundamentação em três, quatro linhas. Então eu também me impus isso. Minha sentença vai ser uma sentença digna de quem requereu. Não vou fazer uma coisa, hora extra, “Segundo a prova dos autos o autor tem direito a hora extra”. Ponto. Defiro. Às vezes aquilo era uma resposta a um arrazoado de duas, três laudas feitas pelo advogado. Então, esses dois parâmetros. E assim eu tracei minha carreira, não é. Fui substituta.

A.C – A senhora começou em que vara?

M.S – Eu era juíza substituta.

A.C – Aqui mesmo em Salvador.

M.S – Substituí só em Salvador, praticamente. Só substituí em Salvador. Eu era uma das primeiras colocadas, e pela ordem e tal. Depois, um ano e dois meses depois eu fui

promovida para Guanambi. Guanambi é uma cidade no sudoeste, que dista aí cerca de 800 quilômetros de Salvador.

A.C – Muito longe.

M.S – Longe, muito longe. Mas eu gostei demais de lá, me adaptei muito bem, minha sogra tinha um casal de amigos lá e o presidente exigia que houvesse audiência toda a semana, então eu tinha que passar um fim de semana lá. Então eu ia, passava uma semana lá, mas incluindo o fim de semana, e uma semana aqui. E lá, no fim de semana, tinha essa família que me acolheu muito bem, então eu me sentia bem lá, não me sentia... E eu sou filha única também. E como filha única, eu acho que a gente exercita um pouco a solidão, não é. Então eu sou uma pessoa que eu não sinto solidão, nunca senti um minuto de solidão em lugar nenhum que eu fui trabalhar. Nunca senti um minuto de tristeza por estar longe da minha família, nada. Porque eu já, eu não sei se isso influi, mas eu acho que influi, não é. A gente exercita o viver sozinho ao longo da vida. Apesar da minha mãe sempre juntar gente, querer juntar gente para me distrair, mas... Bom, aí eu fui titular lá, fiquei quatro meses. Daí eu fui, porque era uma época de muita movimentação no tribunal, aposentadorias, criação de varas, levei quatro meses, depois eu fui para Jacobina, passei só dois meses. Aí fui para Itaberaba.

A.C – Itaberaba.

M.S – Itaberaba, onde eu passei três anos. Também me adaptei demais, gostei demais, eu gostei de todos os lugares onde eu trabalhei, sabe. Menos Jacobina, que eu não gostava muito não. Mas passei três anos lá, depois eu vim para Alagoinhas. Passei três anos em Alagoinhas. Já Alagoinhas é uma cidade a 100 quilômetros de Salvador.

A.C – Em todas essas cidades que a senhora foi, a senhora tinha que fazer esse deslocamento, ficar fora de casa, a sua família continuava em Salvador...

M.S – Mas aí tanto Jacobina, quanto Guanambi, quanto Itaberaba, a gente fazia semanas alternadas, audiências em semanas alternadas. Já quando eu cheguei para Alagoinhas,

apesar de ser mais perto, já precisava fazer audiência todas as semanas. Então eu fazia segunda, terça e quarta. Eu na verdade dormia fora de casa de segunda para terça e de terça para quarta.

A.C – Sei. Doutora, nessas várias cidades...

M.S – Não, aí depois, depois de Alagoinhas, eu vim para Candeias, que é uma cidade já a quarenta quilômetros daqui.

[FINAL DA FITA 1-A]

M.S – (...) quilômetros daqui. Eu ia e voltava todo dia. Daí eu vim para Salvador, vim para a 5ª Vara, trabalhei, cheguei a trabalhar na 5ª Vara mais ou menos um ano. Foi quando eu saí para a amatra.

A.C – Sei. Isso, quando a senhora veio para Salvador foi mais ou menos quando? A senhora começa em 92, aí, quer dizer, a gente...

M.S – Eu fiquei sete anos no interior...

A.C – Por volta já de 2000?

M.S – É, mais ou menos.

A.C – 99, 2000, não é.

M.S – 2000, é 2000. É, porque eu já estou na amatra, eu estou na amatra a dois anos e meio... É, mais ou menos 2000.

A.C – Mais ou menos 2000. Agora, doutora, voltando a sua experiência nessas várias cidades como juíza do trabalho. A senhora disse que o problema não foi, vamos dizer,

que às vezes o juiz se sente inseguro porque está começando, às vezes ele sente, assim, solidão... Não foi o caso da senhora.

M.S – Agora, eu senti uma dificuldade de adaptação brutal quando eu retomei para Salvador. Aí foi difícil. A dificuldade que eu não tive no início eu tive quando eu voltei para Salvador. Porque, primeiro, no interior é aquele clima mais tranquilo, os advogados não estão tão apressados, não estão tão estressados, as salas de audiências, até que a última não era muito grande, mas há um respeito maior ao juiz, há uma deferência maior, você conhece as pessoas, as coisas se desenrolam em um clima muito mais tranquilo. Quando eu cheguei à Salvador, eu peguei uma secretária de audiência, que é quem digita os termos de audiência, não é, péssima, primeiramente, péssima, que me enlouquecia. Aquele entra e sai dos advogados, um pedindo para passar na frente do outro o processo, e aquela agonia, olhe... E eu já estava com a cabeça virada para a amatra também essa altura do campeonato, já era vice-presidente da amatra, ligada, preocupada e [INAUDÍVEL], foi uma fase terrível. Até que um dia eu estava conversando com uma colega que tinha sido recém aprovada no concurso e era advogada da rede ferroviária. Aí ela me disse: “Mas dra. Fátima, eu quero assistir a sua audiência. Eu vou lá assistir”. Eu digo: “Vá, dra. Cecília, vá”. A senhora é tão tranquila em audiência, a senhora é um espetáculo na audiência, e tão serena, as coisas correm tão bem”. Aí, assim, me caiu a ficha, sabe. Eu digo: “Meu Deus... Quer dizer, é essa a imagem que eu construí, e hoje eu estou tão impaciente, tão irritada...”, foi quando eu voltei, não é. Que eu ficava irritada agoniada com aqueles advogados em cima, querendo isso, querendo aquilo, um quer ver o processo, o outro quer isso, o outro sai, o outro entra... Eu digo: “Jesus, eu vou terminar destruindo tudo o que eu construí com essa impaciência, com essa má adaptação, que eu sinto, o mal estar que eu sinto na sala de audiência”. Aí eu resolvi, disse: “Olhe, a partir de hoje eu vou me educar, me reeducar, porque senão...”. Porque você sabe, os juízes criam, são estereotipados, não é, são estereotipados, são estereotipados. Aquele que é impaciente, aquele que é grosseiro, aquele que é delicado. Cria, é claro. E eu era bem estereotipada. E disse: “Não, eu não posso permitir que agora tudo vá por água abaixo, não é, que eu destrua essa imagem que eu construí”. E aí eu resolvi ter mais paciência, me acomodar, procurar me acostumar, porque não estava, eu estava inadaptada, sabe. Procurar me adaptar, havia de

me adaptar, e troquei a secretária de audiência, e fui, e aí voltei para a serenidade. Mas aí de qualquer maneira eu já estava voltada para o movimento associativo, não é.

A.C – Para a amatra.

M.S – Eu já não tinha mais a minha atenção 100% dedicada à jurisdição. Porque eu, já que eu era vice-presidente, eu vim para a amatra como vice-presidente, não é, e já não era mais a mesma coisa.

A.C – Agora, doutora, antes da gente começar a falar um pouco mais da amatra da 5ª Região e do seu envolvimento com ela, eu queria retornar à sua experiência nessas cidades do interior, perguntando o seguinte, a senhora sentiu, assim, diferenças em termos das causas que a senhora atendia? Porque eu já entendi que do ponto de vista do ambiente de trabalho era mais tranquilo, era mais respeitoso, e isso inclusive foi muito bom para a construção da proposta que a senhora tinha. Mas do ponto de vista, assim, de causas, porque são várias as cidades, não é, que a senhora passa, e com certeza cidades diferentes entre si.

M.S – É, o primeiro impacto que você sente quando vai para o interior é você ter que lidar com o trabalho rural. Você pouco estuda o trabalho rural, e existe pouca literatura sobre o trabalho rural, ninguém se dedica muito a ele. Mas ele tem regras próprias, peculiaridades, costumes regionais que você não conhece, e que você, linguagem também que você não conhece, e você sente dificuldade.

A.C – E são muitos os trabalhos rurais na verdade, não é.

M.S – É, exatamente, exatamente. Eu peguei, basicamente a área que eu trabalhei foi a área do sertão. Eu nunca trabalhei na região sul, porque nunca, sempre que pude não fui para a região sul, porque eu achava que o sertão era uma sociedade mais tradicional, mais estruturada, uma ambiente melhor. No sul, já envolvia a Teixeira de Freitas, cidades de passagem, cidades que florescem rapidamente... E não era, eu preferia, achava mais seguro ser juiz no sertão, não é. Então, sempre peguei a parte de criação de

gado, não é, nunca peguei a parte de cacau, que era a grande cultura, não é, nunca peguei a parte de soja do oeste, sempre nessa área de gado. Então, a dificuldade primeira de quem vai para o interior é essa. Agora, o que acontece no interior e que me motivou, a certa altura, assim, uma vontade enorme de vir me embora, é porque você, é certo, hoje até eu vejo as minhas colegas que estão no interior aproveitando muito para fazer curso aqui, curso de aperfeiçoamento. Mas eu não podia fazer. Porque eu ainda trabalhava com o meu pai, ajudando o meu pai, sendo o braço direito do meu pai, assessorando o meu pai. Então quando eu chegava do interior eu tinha um monte de coisas para resolver com ele, porque meu pai não faz nada, contrato de locação, sou eu que tenho que bater, sou eu que tenho que falar com o inquilino, uma escritura sou eu que tenho que fazer, declaração de imposto de renda dele sou eu que faço. Então eu não tinha tempo de me dedicar aqui a um curso de aperfeiçoamento, eu ficava nessa lida com o meu pai. Então, resultado, você no interior, chega uma hora que você se sente burra, porque você começa a lidar com aqueles processos que você já conhece, que você já sabe, que não tem complexidade, que não se cria nada de novo... Eu só comecei a sentir, e foi bom o meu retorno à capital, ele foi gradativo, não é. Eu fui para Alagoinhas, aonde você já lidava com advogados da capital, aí eu lidei muito aí com a parte do petróleo, indústria do petróleo, não é, uma lei específica que também ninguém, não tem literatura nenhuma, só existe um livro, praticamente. Lidei com isso, é uma coisa nova... Mas já vinha gradativamente. Depois eu vim para Candeias, onde já era mais perto. Aí eu vim gradativamente retornado, não é, porque se tivesse vindo como alguns colegas vem, de um interior distante para a capital de vez, eu acho que eu tinha ficado doida. Porque são muitas questões novas, diferentes, novas aqui, e práticas, enfim, você se desacostuma. Apesar de ter ficado como substituta um ano e dois meses, não ter tido dificuldade nenhuma, mas eu vinha com todo o embasamento teórico, não é, tudo na cabeça. Quando você vai para o interior, passa sete anos, você sente na hora que volta em termos de... Mas, assim, você no interior, eu tinha uma prática. Toda a vez que eu chegava eu visitava os colegas juízes de Direito, visitava o promotor, visitava o delegado, ia ao prefeito quando podia...

A.C – Delegado que a senhora diz é o delegado regional do trabalho?

M.S – Não, não.

A.C – Não, é o delegado mesmo.

M.S – O delegado da Polícia Civil.

A.C – Está certo.

M.S – Visitava esse pessoal, sempre procurei me inserir nas comunidades, não é, sempre procurei. Aonde eu ia, eu, em Itaberaba mesmo havia um intercambio grande. Não me interessa se a Justiça Comum é lenta aqui, se a Justiça Comum tem práticas que a gente repudia, não importa. Eram colegas, estavam lá, eu ia fazer a visita, procurava sempre isso. Em Itaberaba mesmo todo o evento que eu fazia eles iam, todo o evento que eles faziam

eu ia. Uma vez eu me lembro que eu saí daqui 26 de dezembro para ir em Itaberaba só para a inauguração do fórum, entendeu, porque eu interagira aonde eu andava, não é, eu procurava sempre interagir aonde eu andava. Agora, você vai ficando um pouco defasada, não é, vai ficando defasada no interior em relação às novas questões que surgem, que depois de muitos anos é que elas chegam na advocacia do interior.

A.C – Agora doutora, a senhora falou, assim, que a grande massa de processos, a grande massa de questões envolvia, então, os trabalhadores rurais. Alguma coisa que chamasse mais a atenção da senhora em relação a isso?

M.S – Olha, a primeira coisa, aliás, não só no rural, mas em tudo, é você adaptar-se a linguagem, não é. Então, eu dizia assim: “Se tiver um advogado da capital dentro da sala de audiência me ouvindo interrogar um trabalhador rural, ele vai dizer essa juíza tem um nível de cultura...”. Porque você tinha que falar na linguagem que a testemunha pudesse entender, as partes pudessem entender. Então eu, por exemplo, um fato, assim, curioso, eu perguntava assim: “O horário de trabalho do senhor?”. Aí dizia assim: “De oito às 20”. Aí eu dizia: “Não, eu quero saber o horário do senhor na maioria dos dias”. “Hein, como?”. Bom, não serviu. Aí eu dizia: “Na maior parte dos dias”. Não entendia.

Aí eu fiquei matutando, meu Deus, que expressão eu vou usar, não é, vou buscar. Porque para mim, maioria era claro, maior parte era claro. Aí um dia me deu um estalo. Aí eu dizia: “De costume...”. “Ah, de costume”. Aí de costume ele sabia explicar, entendeu. De costume, “Ah não, de costume eu trabalhava até cinco horas”. Porque é claro, eles entram pelo teto, não é, se você deixar. “De costume, eu quero o horário do senhor de costume. Mas era até oito horas? De costume o senhor não trabalhava até oito horas?”. Aí pronto. Então, essa questão da linguagem é uma questão muito interessante. E também a linguagem assim, hectare, tarefa, não é. Que isso fala assim, uma área, a fazenda tem quantos hectares? Isso até hoje eu não tenho uma noção boa não. Eu não sabia se era uma fazenda muito grande, se era uma fazenda muito pequena...

A.C – Tem que aprender tudo isso, não é doutora.

M.S – Tem que aprender. Então, quer dizer, o horário, qual é o horário normalmente, não é, que o vaqueiro vai tirar o leite, quanto tempo o vaqueiro em média mesmo, que a gente saiba, demora para tirar... Então você tem que ter esses parâmetros para poder avaliar o depoimento. Porque o depoimento na capital você avalia fácil, você conhece a realidade. Mas na hora de avaliar o depoimento da testemunha, então, a verossimilhança do fato, não é, que ele afirma. Então, você tem que ter essa noção de realidade para poder, de uma nova realidade, para você poder então avaliar. Agora, assim, lidar, e aí você, uma vez me disseram que o brasileiro inculto, ele tem um vocabulário que envolve acho que 80 ou 90 palavras. Uma coisa muito pequena. E você sente no interior mesmo isso. Você sente a falta de cultura, que é uma coisa assim brutal, o vocabulário paupérrimo, as pessoas não sabem falar, não lhe entendem. Realmente isso é uma coisa, assim, muito triste de você constatar, sabe, muito triste de você ver como realmente quantas pessoas trabalham sem carteira assinada. Isso é outra realidade. Quantas pessoas trabalham ganhando, um pleito de diferenças de salário mínimo é o pleito que você encontra mais no interior. Todo mundo ganhando menos do que o salário mínimo, pedindo diferença, entendeu. Tanto que a gente está até fazendo agora na amatra uma campanha, vamos lançar em abril uma campanha pela assinatura da carteira profissional. No mundo aí que está dizendo que carteira assinada já era, a gente vai entrar com essa campanha. E por exemplo, me aconteceu um fato muito pitoresco. É

que esse fato sempre eu gosto de contar. Eu estava fazendo uma audiência lá em Alagoinhas, que já é muito mais perto, muitas pessoas já são mais, não é. Aí a senhora sentou, eu comecei a interrogar e tal. Eu senti na senhora um tique nervoso, assim, e tal. Aí daqui a pouco, era um processo de uma justa causa de um vaqueiro, aí daqui a pouco ela teve uma crise histérica na sala, gritava, se batia... E aí ela dizia assim: “Deu piaba no leite, deu piaba no leite, deu piaba no leite”. Aí eu suspendi a audiência, ela saiu, eu digo: “Doutor...”. “Ah doutora, a senhora me desculpe, ela é doente nervosa”. “O senhor devia ter me dito que eu não tinha interrogado a pessoa desse jeito”. Não vou interrogar porque você fica sob pressão naturalmente, não é.

A.C – Claro.

M.S – “O senhor devia ter me avisado, eu não tinha feito o interrogatório da pessoa, para a pessoa ter uma crise nervosa dentro da sala de audiência sem necessidade”. E fiquei com aquilo na cabeça. Aí virei e perguntei, disse: “Vem cá...”, comecei a perguntar: “O que é piaba no leite?”. Porque eu achei que ou era expressão regional ou era um delírio dela, não é, que podia ser um delírio. Piaba no leite, o que é piaba no leite, você sabe?

A.C – Não tenho a menor idéia.

M.S – Não faz a menor idéia. Nem eu. Aí eu fui perguntar: “O que é piaba no leite?”. “Ah doutora, piaba no leite é o seguinte, toda a fazenda, de manhã a fazenda que produz leite de manhã vai um carro recolher o leite, em um carro de cooperativa. Vai recolher”.

A.C – Sei, aqueles latões, não é.

M.S – É, exato. Aí, quando eles querem fraudar, eles enchem o latão de leite, ou não enchem todo, e separam, reservam para eles uma parte do leite, para eles venderem por conta própria, e chegam no riacho da fazenda e abaixam o leite, a água do riacho entra e completa o leite. Só que às vezes entra a piaba.

A.C – Entra o peixinho.

M.S – Entra o peixinho. Então, quando dá piaba no leite é sinal de que o leite está adulterado, é sinal de que, ou a mando do patrão, pode ser, ou por conta do empregado.

A.C – Por iniciativa própria.

M.S – Exato. Aí, eu digo: “Ah, então não foi delírio. Ela ali estava dizendo isso”. Então, realmente...

A.C – Isso que descontrolou ela, o acontecimento que desmascarava uma fraude, não é.

M.S – É, exatamente. Não, mas ela era empregadora, ela era patroa, não é.

A.C – Sim, mas de qualquer forma...

M.S – Ela se sentiu ofendida, se sentia agredida pelo que ele estava fazendo, pelo o que ele fez, que ela era uma pessoa nervosa, se descontrolou, não é. E então foi uma coisa, assim, muito interessante. Porque eu digo: “Bom, ela está delirando. Piaba no leite para mim não é nada, é um delírio. Uma pessoa que está doida, que diz qualquer besteira e a gente...”. E era realmente um regionalismo e eu não conhecia, não é. Esse fato para mim é assim muito significativo, muito pitoresco.

A.C – Quer dizer, a senhora enfrentou tanto situações, vamos dizer assim, eu estou achando muito interessante essa questão da linguagem que a senhora mencionou, não é, em função da incultura e também em função de ter a necessidade de conhecer as realidades regionais. A senhora enfrentou também, doutora, nesse caso dos trabalhadores rurais, questões, não sei se esse...

M.S – Trabalho escravo?

A.C – Ou trabalho de menor...

M.S – Não, não. Primeiro que nessa época, nunca peguei trabalho escravo, na minha região não tem trabalho escravo. E também nessa época não havia essa divulgação. Quando eu estudei, no livro tinha lá truck-system¹, que é o sistema do barracão, não é, que é o sistema do trabalho escravo. Eu estudei aquilo, truck-system, que pega, compra a preços exorbitantes... Isso eu estudei e achei que aquilo era uma reminiscência, tinha no livro, um fato histórico, uma referência histórica. Eu achava que aquilo era algo que não existia mais. Eu nunca tive vivência no interior. E para mim aquilo era um dado histórico, meramente histórico. Depois que eu vim para a Anamatra, depois que começou a mexer, a OIT, nessa questão de trabalho escravo, é que eu vim ver que aquilo era realidade, era realidade atual, existente. Mas no nordeste existe uma situação interessante. É uma situação de costume, não é, de hábito. Não é nem isso, é uma cultura já implantada em torno desse tipo de trabalho que hoje se chama, e é realmente, o trabalho escravo. Então, aqui no nordeste, diferentemente no sul, eu sei até que existe um trabalho muito bom de um juiz do trabalho lá na universidade, da UFRJ, não sei, esqueci até o nome dele. Ele usa um rabinho de cavalo, ele tem um trabalho muito interessante lá na área de trabalho escravo, não é. Eu esqueci o nome dele, eu conheci ele aqui na Bahia em um evento, não conhecia.

A.C – Vou verificar.

M.S – É tem. É bem interessante ele. Eu posso até lhe dizer o nome depois, porque é fácil saber o nome dele. Ele tem um trabalho lá de pesquisa na área de Campos, parece, que tem trabalho escravo, eu acho.

A.C – Muito cortador de cana, não é. Isso...

M.S – É. Ele tem esse trabalho muito interessante, ele fez uma tarefa muito interessante aqui. É um enfoque diferente do enfoque do colega do Pará. É uma realidade diferente,

¹ "truck-system" - sistema segundo o qual o empregador mantém o empregado no trabalho em servidão por dívidas contraídas.

não é, mas bem interessante. Então, na verdade, primeiro que eu não trabalhei, e não havia também essa divulgação.

A.C – Sei. Não chegava, não havia divulgação, e não chegou, na verdade, até a senhora nenhum caso...

M.S – Não, não chegou.

A.C – Não chegou.

M.S – Mas de qualquer maneira, aí eu estou até lhe colocando um panorama maior, no nordeste é muito difícil você conscientizar às vezes o colega de que aquilo é trabalho escravo, por conta já da tradição, e até os próprios trabalhadores. Eles não se sentem escravizados. Por que? Porque o pai dele já trabalhou assim, o avô dele já trabalhou sob aquele sistema, então ele nunca viu outro sistema. Isso aí é um fato que, realmente é um dado, ele não se sente. Ele se sente infeliz da sorte, mas para ele é aquilo...

A.C – Digamos, é natural.

M.S – É natural.

A.C – É assim mesmo.

M.S – É assim mesmo.

A.C – E quando a senhora diz que é difícil conscientizar o colega, a senhora está se referindo a outros juízes do trabalho, ou dos juízes, advogados e etc?

M.S – Não, os advogados não estão muito atrás desse negócio de trabalho escravo. Quem realmente se interessa por isso é o Ministério Público, não é. Os advogados não estão muito atrás não. Eles só entram aí na hora de defender o fazendeiro. Mas é sempre o Ministério Público que é agente aí. Mas, assim, isso eu digo e eu não falo

especificamente pensando em ninguém. Mas, assim, dentro dessa cultura nossa, nordestina, de uma pobreza enorme, não é, de práticas de coronelismo, então, é meio que, aquilo é meio que quase natural, sabe. Então você precisa realmente... A gente tem feito, eu até peguei da OIT agora camiseta e uma coisa, eu distribuo, e a Anamatra bate em cima nos jornais, a gente bota também, fiz um evento agora com a OIT... Então, assim, a gente procura, não é, despertar. Mas não é que o juiz do trabalho não queria não. Eu vou dizer, se eu não estivesse em uma vida associativa, envolvida com essas questões todas, talvez eu também tivesse, assim, uma condescendência por conta da realidade mesmo miserável do nordeste.

A.C – É uma cultura implantada na própria sociedade, não é.

M.S – É, exato. E o juiz é egresso dela, não é.

A.C – É parte dela, claro.

M.S – Então, assim, é uma coisa de... Por exemplo, no Rio, é diferente, porque lá é uma outra prática, é uma cidade, não é, é uma região sudeste, foi capital do país. Enfim, é outro nível. Outro nível de conscientização política do que no nosso nordeste todo. O nordeste é uma coisa muito triste mesmo. Então, resultado, lá, assim, bate, aquilo, deixa o juiz estupefato, não é. Aqui, assim, você precisa dizer: “Olha gente, isso é trabalho escravo mesmo, isso que a gente está acostumado a ver é trabalho escravo mesmo, entendeu”.

A.C – Estou compreendendo perfeitamente.

M.S – Você entende, não é.

A.C – É um trabalho de desnaturalizar alguma coisa.

M.S – De gerar indignação, de indignar.

A.C – É uma coisa difícil de se fazer, e lenta, não é, com certeza lenta.

M.S – É verdade. Então, a gente procura na amatra, bate, bate, bate... E eu sou responsável agora pelo jornal da Anamatra, não é, bate e bota, e [INAUDÍVEL] que trabalho escravo, e não sei o que, e bota no informativo, e a gente faz, enfim... Mas nós temos aqui no estado, assim, um foco grande assim que é Barreiras, não é, a região da soja. Em Alagoinhas houve uma vez, eu já estava por aqui, na região houve um caso. Mas assim, o foco maior é no oeste, na região da soja.

A.C – E aí é esse tipo de trabalho via barracão também, de endividamento...

M.S – Típico.

A.C – E também tem milícia?

M.S – Falta da possibilidade, exatamente, impossibilidade de locomoção pela milícia armada, não é. E é isso aí. A gente faz evento, mostra as figuras, mostra as fotos. Já duas vezes a gente já, não é, eu tenho umas fotos tristes, mas bem tiradíssimas, de um colega do Pará, Jorge Vieira, a gente projeta... E enfim, vai falando, vai fazendo, vai despertando, não é. E foi um trabalho, não é por nada, é porque, eu se eu não estivesse no movimento associativo, eu com certeza não intuiria assim no meio, eu ia achar que...

A.C – É muito difícil mesmo. E trabalho de menor, doutora?

M.S – Nunca peguei não.

A.C – Também não. Quer dizer, basicamente foi a...

M.S – Assim, tinha, a gente ouve falar que tinha carvoaria, mas nunca chegou a mim processo não. Aqui na Bahia, interessante, tem um filme da OIT que eles trouxeram em um evento que nós realizamos a pouco tempo aonde ele vai mostrando as condições degradantes no mundo inteiro. Eu digo: “E o Brasil, não vai aparecer? O Brasil não vai

aparecer?”. Mostrando isso, mostrando a Índia, e no Brasil aparece, quer dizer, o que eles botaram do Brasil foi uma carvoaria, o trabalho de menores em carvoaria.

A.C – Carvoaria. Doutora, já que a senhora está falando, eu vou perguntar logo sobre esse evento da OIT, não é. Ele foi quando, como é que foi?

M.S – O evento da OIT foi, eu vou até pedir, não sei se eu tenho um exemplar do jornal. Se eu tiver, eu vou lhe dar.

A.C – Eu gostaria muito.

M.S – O evento da OIT ele foi um evento internacional, teve encerramento com o ministro Nelson Jobim, foi, assim, muito bom, o máximo, tudo. Mas a adesão dos colegas, baixa. Porque não são questões do dia-a-dia, não são questões que você vai, é evento abre cabeça. É até uma coisa que eu estou lhe falando, assim, não é dada a minha condição de presidente de associação, mas [INAUDÍVEL]. Mas, assim, baixa. Interesse baixo. Liberdade sindical, questões de abre cabeça, liberdade sindical, trabalho forçado, muito, muito, muito, a frequência baixa, porque o imediatismo. E também, vou dar uma certa razão aos colegas, de certa maneira o volume de trabalho é muito grande também. Para você ir você tem que querer mesmo, entendeu. Eu fiz, por sinal, um discurso no encerramento que foi assim aplaudido de pé e tal, foi assim um encerramento que o Nelson Jobim veio, então vieram as maiores autoridades da Bahia, o senador Antônio Carlos Magalhães, o secretário de Justiça, o vereador, irmão do prefeito, representando, o presidente do TRE... Foi assim um momento de apoteose da amatra, não é. As autoridades da Bahia todas no evento por conta, não por conta da pobrezinha da amatra, por conta de Jobim. Mas a amatra teve capacidade de trazer Jobim, então... [Risos]

A.C – Claro. Tem que fazer isso mesmo para mobilizar, não é doutora.

M.S – Eu sei que encheu, eu fiquei com medo, a palestra de Jobim era sábado, 11 horas do dia, eu disse: “Jesus, não vem ninguém”. Mandei ligar para os colegas, “Olha colega, mesmo você não estando escrito, mas venha assistir a palestra do Jobim”, por medo de

ficar vazia. Mas de qualquer maneira, a gente se aborrece, se chateia, mas no fim foi positivo, porque alguém viu, alguém assistiu, não é, e é um trabalho mesmo de formiguinha, é um trabalho de formiguinha.

A.C – E esse é um dos objetivos hoje da amatra da 5ª Região, esse tipo de trabalho de conscientizar, de mobilizar em torno a essas questões.

M.S – Agora, é assim, não é muito fácil. Existem amatras que vieram num crescendo de mobilização. Eu sei que você esteve com Theodomiro, não é, lá em Pernambuco.

A.C – Sim, foram minhas colegas que estiveram com ele.

M.S – Então, tem amatras que elas vêm em um processo crescente de conscientização, em um processo crescente. Você quando chega já encontra a bicicleta andando.

A.C – Certo.

M.S – A nossa amatra ela teve, assim, um auge com Cláudio Brandão, colega. Depois ela caiu. Cláudio voltou depois, mas já em uma chapa de composição onde houve briga interna, onde ele não pode fazer muita coisa. Entrou o meu colega que eu era vice-presidente, eu comecei a fazer um trabalho de mobilização, de construção da amatra. Não, ele não aceitava muito, terminamos até nos desentendendo no final. E quando eu entrei a amatra era totalmente, a única coisa que a amatra tinha era um plano de saúde Sul América, que eu tinha arrancado à unha como vice-presidente. A amatra não tinha envelope timbrado, a amatra não tinha papel timbrado, a amatra não tinha contador, a assessoria de imprensa não funcionava, quem fazia a guia de fundo de garantia e de INSS era o próprio presidente. Quer dizer, ele já, a gente já, eu, na gestão dele, como vice, eu já vinha trabalhando. Então, a gente já chegou a fazer alguns eventos, começamos um trabalho de mobilização, mas eu podada por ele, não é. Então, a gestão nossa foi uma gestão de construir a amatra.

A.C – Doutora, o nome do presidente de quem a senhora foi...

M.S – Rubem Nascimento.

A.C – Rubem Nascimento. E doutora, a senhora é eleita para a presidência em que ano? Nós estamos em 2005, a senhora acabou de me dizer que foi reeleita.

M.S – É, eu fui reeleita em 2005, eu fui eleita 2003, 2003-2005.

A.C – Então a senhora quando entra em 2005 é que encontra essa situação de dificuldade.

M.S – 2003.

A.C – 2003, quando a senhora entra, perdão, é que a senhora encontra essa situação de dificuldade.

M.S – Funcionários totalmente incompetentes, tudo, o arquivo desarrumado, não se arquivava nada... Assim, um caos, um caos. Eu fui eleita a primeira vez, houve uma composição, houve uma composição de três grupos que existiam, que hoje um acho que já nem existe mais. Fizemos uma composição. Então, foi uma composição em que a diretoria executiva de nove, meu grupo tinha quatro, o outro grupo tinha três e o outro grupo tinha um. Então foi assim muito difícil, quer dizer, o começo, não é. Todo mundo apostava que ia ser um desastre, que eu ia brigar, que a gente ia brigar. E aí eu fui devagar, devagar, fazendo, não é, atuando com muita estratégia. Enfim, conquistei a diretoria, nada do que eu propunha tinha nenhum problema, o pessoal... Enfim, unifiquei a amatra.

A.C – Que ótimo.

M.S – A amatra vinha de um processo desde a gestão do Cláudio, um processo de divisão, essas listas internas, listas internas de internet, não é, que são boas por um lado, mas são terríveis por um outro, e aí era briga... Marco Antônio mesmo lutou, Marco

Antônio, por exemplo, era de outro grupo. Pintou e bordou com o Rubem. Que Marco, você entrevistou ele, ele é assim muito direto nas coisas, é despachado, não tem meias palavras. Era, olha, a amatra 5 no cenário nacional era uma vergonha. Era uma vergonha em todos os sentidos. Até o presidente, ele usava, ficava dia a mais em Brasília para ganhar milhagem e viajava sem necessidade, e aí... Olha, a amatra estava um verdadeiro caos. E aí, resultado, foi uma chapa de composição, e aí nós começamos a reconstruir, vivemos super bem um ano e meio. Quando chegou na hora, uma colega de um outro grupo, a do grupo que só tinha um, uma pessoa difícilíssima, aposentada, uma pessoa difícilíssima, mas eu contornando. Aí, na hora da sucessão esse grupo queria me dar um golpe, que ele dizia: “Eu apoio você”, se dizendo poderoso. Mas queria me impor ela como vice. Eu não tinha condição de trabalhar...

M.S – (...) impor ela como vice. E eu não tinha condições de trabalhar com ela na vice. Aí eu fiz um jogo político, uma manobra política aí, e eles não aceitaram, eu escolhi o vice do outro grupo, eles não aceitaram, foram para a oposição. Aí a eleição foi para a segunda foi [bate chapa].

A.C – Essa de 2005, não é.

M.S – Eu aí [bate chapa]. E o Hugo Melo, que foi presidente da amatra lá de Pernambuco, foi presidente da Anamatra, é um cara nordestino mesmo, assim, corajoso, arretado, ele dizia: “Fátima Stern não vai fazer como Ermenegilda, vai ter coragem, vai bater chapa”. E eu dizia: “Meu Deus do céu, que idéia ele faz de mim? Que eu vou bater chapa, que eu vou ter essa raça toda de bater chapa”. Me senti, não é. Eu: “Puxa, eu não posso, eu não posso decepcionar. Ele tem uma idéia de mim...”. Ele disse: “Fátima Stern...”. E eu, o pessoal não queria, queria bater chapa. E eu no começo não queria muito, queria tentar conciliar. Não houve chance de conciliar e foi a melhor coisa que aconteceu. Foi um bate chapa onde foi uma surra de 30 votos de um lado e cento e tantos do outro, 140 do outro.

A.C – Quer dizer, a senhora venceu por absoluta maioria...

M.S – E aí pronto, esse grupo de oposição acabou, ficou quieto, tudo quietinho. Rubem que tinha passado a meu inimigo, hoje já é bem camaradinho. E continuamos aí nesse trabalho de reconstrução, de aprimoramento da amatra, agora vamos nos mudar, não é. Agora, é muito difícil, é muito difícil engajar politicamente os colegas. Eu não sei se é a cultura da Bahia, com esse coronelismo aí anos à fio, não é, fora a ditadura, mas o coronelismo. Porque a minha geração é a geração da ditadura, não é. Fora isso, esse coronelismo aqui histórico. É difícil mobilizar, viu.

A.C – A senhora acha que há, assim, uma dificuldade mesmo...

M.S – Uma apatia, há uma apatia.

A.C – Uma apatia, não é. Porque a amatra tem assumido, as amatras e a Anamatra, têm assumido posições de maior visibilidade política...

M.S – Não, claro. E a amatra 5 está aí, a amatra 5 é uma das amatras atuantes no cenário, entendeu. Tanto é que Grijalbo Coutinho, que foi com quem [INAUDÍVEL], Grijalbo disse: “Fátima vai ser...”, ele que escolheu, “Vai ser diretora de comunicação social. Você vai ser diretora de comunicação social”. Porque a amatra, não é, e realmente a amatra 5 é uma amatra hoje que resgatou a sua posição no cenário nacional, tanto que os colegas agora ficam brincando que agora eu tenho que ir para a Anamatra, que eu tenho que ir para a Anamatra, que eu vou ser presidente da Anamatra, os daqui, não é. Eu não vou para a Anamatra, porque se eu for para a Anamatra eu vou me mudar para Brasília e não há possibilidade e nem eu acho que eu tenha, nem acho, sinceramente, que tenha capacidade para ser presidente da Anamatra. Mas ... Capacidade, assim, por conta de...

A.C – Do tipo de envolvimento, é muito envolvimento, não é doutora.

M.S – É, eu não tenho, vamos chamar assim, uma cultura política teórica. Porque esse pessoal, muita gente fez mestrado em Ciência Política, eu não tenho esse embasamento teórico necessário para você, vamos dizer assim, inserir, você, como é que eu diria, não

é inserir, não... Avaliar os fatos. Eu não tenho embasamento teórico político, eu até já andei começando a ler livros do mundo do trabalho para poder criar um embasamento, mas é tanta coisa. Aí depois veio a doença também, enfim... Mas eu acho que me falta um embasamento teórico para avaliar os fenômenos, entendeu, para avaliar os fenômenos. Eu sei que na hora que você entra na roda, estando lá, aquilo vem também naturalmente.

A.C – E é uma coisa bastante coletiva, não é, pelo o que eu tenho percebido.

M.S – Pois é.

A.C – Agora doutora, a senhora vai ser diretora de comunicação social da Anamatra na gestão do dr. Grijalbo?

M.S – Não, do Pandelot, na atual.

A.C – Ah, na Pandelot, na atual, claro.

M.S – Eu aqui na Bahia...

A.C – Dr. Grijalbo falou que queria a senhora para a gestão seguinte. Está certo.

M.S – Eu aqui na Bahia quebrei, assim, dois tabus de vez, eu achei que não ia conseguir. Primeiro, o tabu na reeleição, que aqui nunca tinha havido reeleição. E segundo o tabu de exercer dois cargos ao mesmo tempo. Isso de início para eu conseguir isso, foi preciso um trabalho... Pandelot ontem estava brincando, que eu dei uma sugestão a ele, de uma colega assim, eu falei baixinho, a colega não percebeu que era, que era a respeito dela, falei uma coisa assim, e Pandelot disse: “Andréia, com licença da palavra. Eu só posso usar uma palavra para qualificar a Fátima. Fátima é foda”. [Risos] Eu disse: “Eu sou política Pandelot”. Ele disse: “E vá aperfeiçoando”. Eu disse: “E vou aperfeiçoando”. [Risos] Mas assim, não é, no sentimento, eu não tenho, eu

acho mesmo, eu acho assim, que eu, um outro cargo de diretoria na Anamatra, mas não de presidente, eu não acho realmente que eu tenha.

A.C – Como é que está sendo a sua experiência como diretora de comunicação social da Anamatra?

M.S – Eu sou diretora de comunicação e sou ouvidora também, não é. Eu sou ouvidora também. Eu sou ouvidora também. O que me dá, assim, é um trabalho muito interessante, ouvidoria é uma coisa muito interessante, muito instigante, e nós estamos fazendo, pena que eu não trouxe aqui, como eu vou levar, na pressa também não trouxe, estamos fazendo um relançamento da ouvidoria, com um cartaz muito lindo, muito interessante, que é um cartaz com linguagem de cordel. Eu vou até pedir ao pessoal depois para imprimir no site para você ver, é uma linguagem de cordel onde tem uma cena de trabalhador escravo, trabalho escravo, uma cena de trabalho infantil e uma cena de trabalho em condições desprotegidas, um cara limpando um vidro. E aí tem “Denuncie”, “Diga não à exploração, denuncie”. Então eu estou procurando fazer, assim, um movimento, assim, de campanhas, não é. Essa campanha da carteira profissional foi um colega que deu a idéia, estamos investindo. Agora vai haver a campanha dos 30 anos da Anamatra, não é, estamos investindo. E eu tive que entrevistar 15 assessores de imprensa para escolher uma nova assessora, que a antiga saiu por ocasião, logo da posse, por razões outras. Ela foi para um cargo no serviço público. E resultado, eu tenho procurado, eu tenho trabalhado muito para dar conta daqui, de lá, tenho trabalhado muito mesmo.

A.C – Quer dizer que essas campanhas, para eu entender bem, essas campanhas da carteira de trabalho assinada, do relançamento da ouvidoria, isso a senhora está fazendo tanto na...

M.S – Não, eu faço pela Anamatra.

A.C – Pela Anamatra.

[INTERRUPÇÃO DE GRAVAÇÃO]

A.C – Eu estou aqui retomando, registrando, como a doutora Fátima havia dito, que no momento ela é a ouvidora da Anamatra e está envolvida nesse grande trabalho de relançamento da ouvidoria, no momento inclusive está articulando, não é...

M.S – Uma campanha.

A.C – Uma campanha.

M.S – Que vai ser lançada na Comissão de Trabalho da Câmara dos Deputados. Vai ser lançada lá. E é um trabalho, assim, nosso de, é um trabalho nosso de divulgação do trabalho e criar um fato político também importante, não é, e estamos querendo remeter para todos os fóruns, todos os fóruns do Brasil nós estamos querendo remeter, para que os colegas possam afixar nos lugares distantes para realmente... Agora, a ouvidoria é muito interessante, até porque, até discutimos isso essa semana, vamos traçar, fazer um regulamento para ver o que se responde, porque existe de tudo da ouvidoria, corrupção na polícia, queixa contra promotor, essa parte corriqueira de violação de direitos, violação de direitos coletivos... Trabalho escravo nunca recebi nenhuma mensagem. Nunca, nem denúncia de trabalho escravo, nem denúncia de trabalho infantil. Quando o ouvidor era o anterior diretor de comunicação, ele me repassou uma vez um e-mail sobre um foco de trabalho infantil e trabalho escravo, que eu encaminhei para o Ministério Público. Mas eu pretendo até agora, que nós estamos aperfeiçoando, melhorar...

[INTERRUPÇÃO DE GRAVAÇÃO]

A.C – Vou religar. Pronto, doutora.

M.S – Sim, então, a única vez que eu me deparei foi essa, não é, que eu era presidente da amatra e recebi. Mas eu sinto, olhe, na hora que eu recebi aquele e-mail dele, aquilo me deu um arrepio. Porque é assim, é aquela história de você se deparar. Eu até tinha

muita vontade de fazer, de me engajar em um grupo móvel desses, que vai às fazendas. Já tive muita vontade de me engajar, para conhecer o que é, como é o trabalho do juiz quando vai... Mas nunca tive oportunidade. Mas...

A.C – Aqui na Bahia tem esses grupos móveis, não é?

M.S – Tem, tem, tem. Então, na hora que você, tanto até que a sua, essa entrevista está me dando até uma idéia. Eu vou botar no próximo jornal da amatra, uma matéria sobre isso. Vou ver na Procuradoria, como é o trabalho deles, não é. Interessante isso. Assim, regionalizar, porque fala assim, a Anamatra fala o Brasil todo, não é. Mas como é um trabalho deles aqui, não é, é uma coisa que me ocorreu agora. É interessante, eu vou fazer essa proposta.

A.C – E como a senhora falou, a Bahia tem um foco bem caracterizado, não é, que é esse de Barreiras.

M.S – Tem, tem. Barreiras.

A.C – A senhora estava falando então que...

M.S – Que a ouvidoria... Assim, então eu na hora que me deparei com esse e-mail me deu, assim, aquele arrepio. Porque uma coisa é você ouvir falar, outra coisa é você receber, assim, uma denúncia. Eu imagino a carga emocional de quem vai em uma embaixada dessas, porque eu na hora que recebi, assim, me deu aquele arrepio no corpo. Digo assim: “Ai meu Deus do céu, o que é que eu vou fazer agora? Como eu vou solucionar”, não é. Aí telefonei até para ele: “O que é que eu faço?”. “Não, encaminha para o Ministério Público e tal, entendeu, para realmente procurar dar uma...”. Mas eu encaminhei e não sei o resultado. Até porque eu pretendo agora, na hora do relançamento, mexer na cara do site. Não é nem na cara, quando você clica que entra na coisa da ouvidoria, eu estou querendo ver, porque tem campos que são obrigatórios de preenchimento, não é. Mas um campo importante é dizer ponto de referência, “Quando for trabalho rural indique minuciosamente um ponto de referência”. Porque isso é outra

coisa do interior. Você manda fazer uma citação, fazenda tal. Sim, e daí? Aonde é a fazenda tal? Aonde é a fazenda tal? “Olhe, fazenda tal é perto do bairro de não sei quem, da encruzilhada de não sei de que...” Porque a fazenda tal no interior é muito difícil de você localizar.

A.C – É, não tem esses endereços, não é.

M.S – Não existe endereço.

A.C – Então você tem que ter ponto de referência mesmo.

M.S – Ponto de referência.

A.C – Doutora, eu achei extremamente interessante e queria até que a senhora falasse um pouco mais sobre essa questão do lançamento da campanha na Comissão de Trabalho na Câmara. A Anamatra, então, está estabelecendo...

M.S – É, a Anamatra sempre que lança campanhas institucionais ela procura lançar dentro do parlamento, no pressuposto de que o parlamento é a casa do povo, no parlamento, no caso, na Câmara, é a casa do povo, e como forma de sensibilizar. Mas é difícil sensibilizar os parlamentares para largarem o que estão fazendo e ir. Já foi feito uma no plenário, no plenário não, no auditório, um auditório enorme, e ficou vazio. Então eu disse: “Olha, vamos fazer em um lugar menor, porque se encher ótimo. Está todo mundo, fica do lado de fora, não importa. Se não encher, não tiver muita gente, já completa, porque ele não é muito grande, o auditório, relativamente pequeno”. Então, a idéia é essa, não é. E ele já topou, o presidente, já topou, já gostou. E está aí o convite na rua. O convite, por sinal, é uma graça, é a cópia do cartaz, não é. E é pequenininho assim, fica lindo o cartazinho. E o trabalho foi feito para chegar o cartaz... Eu adoro essa parte, sabe. Essa parte de mídia eu gosto demais. Evento e mídia eu acho que, deixa eu me aposentar eu vou fazer uma firma de eventos, adoro, me realiza.

A.C – E a senhora acha fundamental hoje para o trabalho da magistratura do trabalho [INAUDÍVEL]...

M.S – Eu acho que é uma maneira de a magistratura do trabalho prestar um serviço, acho que é uma maneira, o lançamento da campanha por si só, o encaminhamento do folder, do cartaz para todas as varas, tudo isso é uma forma de sensibilizar o juiz, não é. É uma forma de você difundir, tirar aquilo da página do livro e jogar na realidade, motivar e mobilizar também a própria sociedade.

A.C – A senhora está pensando em fazer contato também com pessoas da imprensa?

M.S – Não, também, também. Será que dá uma pausinha aqui?

A.C – À vontade.

[INTERRUPÇÃO DE GRAVAÇÃO]

A.C – Pronto, doutora.

M.S – Não, é claro, é imprescindível. E a divulgação do fato, não é, divulgação do fato é assim, além de ser um fato que lança a Anamatra na mídia, é um fato que atua coibindo, porque na medida em que as instituições, as entidades, poderes, se articulam, isso de certa maneira, com certeza, inibe, não é, a prática. E é uma maneira mesmo de prestar um serviço, não é.

A.C – Na sua avaliação, agora é claro que eu sei que a senhora está de certa forma começando como ouvidora na Anamatra, mas a senhora entende que essa ouvidoria ela vem funcionando nos Tribunais Regionais, ela...

M.S – Olha, as ouvidorias dos tribunais elas funcionam basicamente em relação aos processos que tramitam no próprio tribunal. Então, elas visam providências, não é. Mas a ouvidoria da Anamatra ela funciona como? Recebe denúncias, denúncia de nepotismo,

recebe consultas sobre Direito do Trabalho, recebe pedidos de orientação, que órgão procure para isso ou para aquilo, recebe denúncias envolvendo corrupção em diversos segmentos do poder público. Então, na verdade ela é muito ampla. Eu venho respondendo a tudo. Tanto que motivou, agora com a ampliação da ouvidoria, não é, que possivelmente o número de queixas vai aumentar, motivou aí essa regulamentação.’

A.C – Sei.

M.S – Ver como nós fazemos em relação ao CNJ, quando as denúncias...

A.C – CNJ, Conselho Nacional de Justiça. Está certo.

M.S - Conselho Nacional de Justiça. Sobre os casos de nepotismo para achar uma conduta. Então, é isso aí.

A.C – Agora doutora, ainda uma coisa em relação à ouvidoria. Tem algum tipo de relação maior com o Ministério Público do Trabalho?

M.S – Não, nós encaminhamos muita coisa para o Ministério Público do Trabalho, não é. Mandamos a pessoa procurar, encaminhamos quer dizer, mandamos a pessoa procurar o Ministério Público do Trabalho. Quando é um fato, assim, eu já recebi um problema, uma denúncia envolvendo um promotor, não é. Aí eu encaminhei para o chefe do Ministério Público Estadual essa denúncia que eu recebi. Agora, assim, uma ligação direta não. Agora, nós estivemos, eu estive essa semana em Brasília no Ministério do Trabalho e tivemos um contato com o secretário executivo, o [Paulino], para tratar do convite, a ida dele ao relançamento. E aí ele me disse que eles tinham uma ouvidoria. Eu aí pedi a ele, assim, me manifestei interessada em manter um contato com o ouvidor de lá, porque...

A.C – Do Ministério do Trabalho.

M.S – Do trabalho. Porque aí a gente pode encaminhar essas questões que recebe diretamente para o Ministério do Trabalho, para a fiscalização. Por exemplo, problemas, eu tenho, eu não me recordo aonde é, acho que é em Minas, um negócio de um aeroporto que estão pintando e bordando, a empresa que faz limpeza... Assim, uma demanda que envolve a coletividade dos trabalhadores. Então você já encaminha porque ele já manda a fiscalização lá, não é. Então, e estou esperando esse contato, para ver se ele me procura, senão eu vou procurá-lo. Também pedi apoio na campanha do, pedi apoio também na campanha do lançamento da carteira, da assinatura da carteira. Ele se interessou demais. É possível até que a gente consiga um apoio oficial mesmo, não é, para fazer a campanha. E assim, não é, a gente vai tecendo os caminhos, tecendo os caminhos e...

A.C – Doutora, vou fazer agora umas perguntas para a senhora sobre um outro tema, mais candente ainda, não é, que diz respeito a essa emenda 45, que produz uma mudança extremamente significativa na Justiça do Trabalho, que é a do seu aumento de competência. Como é que a senhora está vendo essa transformação da Justiça do Trabalho?

M.S – Olha, quem tem vivência na associativa política avalia extremamente, de forma extremamente positiva essa ampliação de competência, não é, tendo em vista que o juiz do trabalho, e isso é uma realidade, e eu até recentemente lendo o livro de um colega, eu vi isso escrito pela primeira vez, que o juiz do trabalho ele sofre uma, ele sofre, ele se auto impõe uma discriminação de se considerar um juiz de segunda classe, porque querem embutir na sua cabeça de que como nós lidamos com a classe trabalhadora, com gente humilde, nós somos menos importantes. Então isso é um preconceito que existe. Existe em relação ao juiz, existe em relação ao advogado, isso é uma realidade que não adianta negar. Então quem tem uma visão política de cara, de cara acha que a ampliação da competência foi uma coisa maravilhosa. E de fato foi. Os colegas que não tem tanta militância e tal, olhando a coisa sob o aspecto do aumento de trabalho, das faltas de condições, que a gente também do movimento associativo não despreza, e por isso trabalha, vem trabalhando no sentido de mudar as condições do juiz trabalhar bem essa emenda, essa ampliação da competência, esse juiz às vezes resiste um pouco. Tanto que

nós fizemos um evento pioneiro no Bahia, no Brasil, sobre a ampliação de competência, em janeiro, logo, não é, quase 15 dias depois do lançamento. E aí nós fizemos um evento que foi muito noticiado e tudo, não é, sobre a ampliação de competência e, assim, nós trouxemos o deputado Maurício Randes, que foi, ajudou muito, trouxemos o ex-presidente da Anamatra, que é entusiasta, para que a gente pudesse mostrar ao juiz que aquilo é uma conquista, que aquilo é uma vitória, porque o juiz estava se sentindo soterrado, soterrado pela situação. Então, foi um evento que as pessoas entraram de cabeça baixa e saíram se sentindo, “Puxa, eu agora, eu agora julgo mandato de segurança, eu agora faço isso, eu agora posso mais...”. Então, resgata um pouco isso, muita gente saiu assim, com essa sensação de alegria. Mas o trabalho vem e a [INAUDÍVEL], e aí a gente tem que trabalhar assim. Agora nós estamos fazendo o lançamento de uma revista nossa, jurídica, só sobre novas competências, todo o trabalho dos juizes, nós fizemos umas duas comissões para que fosse continuado o estudo das novas competências. A revista está sendo diagramada, dentro de poucos dias sai.

A.C – Doutora, essa observação que alguns magistrados fazem, que não é só a questão de aumentar o trabalho, mas que haveria um risco com esse aumento de competência de perda de foco da Justiça do Trabalho. Como é que a senhora vê isso?

M.S – Não, isso na verdade é uma visão tradicional, é uma visão de quem estudou, se formou para atender relações de emprego. Mas se você ampliar o foco, e o foco tem que ser ampliado, é o foco do ser humano trabalhador, ponto, não é do ser humano empregado, é o ser humano trabalhador. Então a justiça hoje é a justiça do trabalhador. E todos os discursos que eu tenho feito nesse sentido, não é, nesse sentido, nesse sentido, inclusive com a questão da indenização por danos morais decorrente do acidente, fizemos um evento que [INAUDÍVEL] no jornal, não é, levantando a moral do povo, o Sebastião Geraldo, que é um colega pioneiro nesse trabalho, quer dizer, a gente precisa estar sempre animando, sempre animando. Porque a realidade é muito dura, não é. Também não está sendo tão dura não viu, eu acho. Que na realidade, por hora não está tendo essa dureza que se esperava, avalanche, não está. Eu acho que continua no passo em que, quem está no dia-a-dia é evidente que está lidando com matérias que não lidava antes, mas não está assim soterrado tanto não.

A.C – Não, não é.

M.S – Acho que não. Porque as coisas serão gradativas. Há uma demanda reprimida muito grande, a Justiça Comum não funciona, aqui na Bahia ela não funciona. Então, quando você tem uma justiça que não funciona, as pessoas se reprimem e não reclamam. Na medida que ela passa a funcionar, as pessoas então vão buscar. Então, estamos nesse quadro. Agora, nós estamos passando todos por um processo muito interessante que é o de acomodação.

[INTERRUPÇÃO DE GRAVAÇÃO]

A.C – Nós fizemos essa pausa porque a Gal, que trabalha com a dra. Fátima, trouxe aqui exatamente o número do jornal que noticia esse evento que a Bahia, que a amatra daqui realizou na Bahia em janeiro de 2005 e também a página onde tem o novo banner sobre a campanha contra a exploração do trabalho no Brasil e a dra. Fátima estava me mostrando essas duas iniciativas que ela está capitaneando. Mas nós estávamos conversando sobre a questão do aumento da competência, a senhora estava...

M.S – Essa questão, agora a reforma do Judiciário, emenda 45, ela trouxe para os tribunais, além dessa questão, não é, dessa questão do aumento da competência restrita a Justiça do Trabalho, ela trouxe outras novidades, a questão do nepotismo, a questão da promoção por merecimento... Então, o Judiciário hoje ele está passando por uma fase de acomodação. E a gente sente isso muito bem no caminhar da amatra. Na gestão anterior a amatra tratou de unificar e continua também, mas tratou o feijão com arroz. Hoje nós temos nos deparado com questões maiores, por conta da emenda, coisas que precisam se adequar, o próprio tribunal se adequa, a amatra precisa opinar e se posicionar, não é. Então, nós estamos vivendo uma fase de acomodação mesmo, não é.

A.C – Aos novos tempos, não é, nova fase.

M.S – Aos novos tempos. E, por exemplo, agora os desembargadores, presidentes e corregedores do Tribunal de Justiça se reuniram em Alagoas e disseram que não vão cumprir a resolução do CNJ sobre o nepotismo. Não vão cumprir, se rebelaram. Então o CNJ está esperando só expirar o prazo de 90 dias para sentar cacete nos tribunais. E o CNJ tem sido, a Anamatra nunca se posicionou contra o CNJ. A Anamatra se posicionava que o CNJ deveria ser em outros moldes.

A.C – Sei, tipo de composição.

M.S – Tipo de composição e atribuição.

A.C – Certo.

M.S – Porque se temia que ele tomasse a vertente disciplinar do juiz. Então, na verdade, o CNJ não saiu nos moldes propostos pela a Anamatra, mas ele vem atuando, ele vem atuando dentro dos moldes propostos, nos moldes que a Anamatra gostaria. Porque ele vem desprezando as questões micro, as representações disciplinares contra juiz, isso ele não está querendo, ele está querendo devolver isso para a via judicial. Não quer se envolver com essa matéria, ele quer se envolver com as grandes questões do Judiciário. Então é a questão do nepotismo, é a questão das promoções... Então, na verdade, ele está saindo, ao meu ver, muito melhor do que a encomenda.

A.C – Melhor do que a encomenda, não é.

M.S – Quem tinha medo dele como controle externo, porque é controle externo, aquela bandeira, que houve um congresso aí que o pessoal de São Paulo era contra o CNJ, teve uma colega que quase chora, foi para o microfone, “Porque nós vamos perder a nossa independência...”, mas foi assim uma coisa, não é. Mas não. Está saindo e nós conseguimos, não é, nós temos do conselho, do CNJ hoje, nós temos dois juízes egressos do movimento associativo da magistratura, Paulo Schmidt, valoroso colega, que inclusive é o entrevistado dessa última revista que você estava olhando, estava lendo quando eu cheguei.

A.C – Certo.

M.S – Douglas também, movimento...

A.C – Douglas de que?

M.S – Douglas Alencar Rodrigues.

A.C – Douglas Alencar Rodrigues.

M.S – Rodrigues. E também no Conselho Nacional do Ministério Público nós temos um representante, que é o Hugo Melo Filho, que é do conselho, é CNMP, Conselho Nacional do Ministério Público, que foi presidente da Anamatra também, não é. Então, a gente está muito bem representado, foi assim um gol de placa mesmo, a gente conseguir emplacar esse pessoal. E Paulo é uma pessoa assim que tem uma atuação, Paulo é muito ligado ao ministro Jobim, tem uma atuação muito importante para a gente, uma abertura muito grande. Então, tem sido muito importante para a magistratura esses elemento aí dentro, não é. E o CNJ tem sido bom.

A.C – Tem sido ótimo, pelo o que eu tenho ouvido. Eu vou aproveitar que a senhora falou nas promoções e vou perguntar a senhora como é que a senhora se posiciona em relação a essa questão da antiguidade e do merecimento.

M.S – E do merecimento. Olha, aqui na Bahia, antes na emenda 45 havia um grupo, existem tribunais em que há um pacto, havia um pacto, como Pernambuco, que os juízes só iam por antiguidade, independente da denominação, de ser merecimento ou não. Iam por antiguidade. E aqui na Bahia se tentou, não é, os colegas comentavam, começaram a conversar desde a gestão passada. Eu digo: “Gente, isso é uma coisa que demora, uma coisa que demanda tempo, demanda vontade política do tribunal...”. Começamos e tal, esbarrou. Agora, antes até dessa resolução do CNJ, os colegas insistiam nesse assunto, e nós começamos a discutir. Marcamos umas duas ou três reuniões, discutimos, eu digo:

“Olha, vamos discutir, vamos amadurecer, eu vou levar para a assembléia geral. É importante que a gente discuta porque é importante que a nossa discussão chegue ao segundo grau, saber que nós estamos discutindo, saber que nós estamos questionando essa promoção”. Porque a proposta era que fosse assim também aqui.

A.C – Só por antiguidade.

M.S – Só por antiguidade. Mas nisso veio, nisso veio a resolução do CNJ. Aí a amatra, o tribunal, ao meu ver, assim, de forma desnecessária, tinha um prazo de 120 dias para regulamentar e conceder aos juizes do tribunal prazo de 20 dias para apresentarem sugestões. Aí não falou nada com a amatra. Aí a amatra, eu corri, marquei, montei comissão correndo, vamos embora, marquei assembléia, para a gente apresentar uma proposta, não é. E aí foi, João Batista foi uma pessoa essencial nesse trabalho, não é. Nós temos dois colegas que trabalham muito nisso, é João e André, André Neves e João Batista, que foram servidores, conhecem essa burocracia administrativa do tribunal, e são pessoas muito inteligentes, capacitadas. João é muito tímido, mas ele é muito capacitado. Então, foram essenciais nesse trabalho, não é.

A.C – Nesse debate sobre a questão da...

M.S – Eles participaram da comissão, discutiram, eu trouxe material de várias amatras, que se lançou na lista, que há um intercâmbio grande entre as amatras, não é, vários materiais, artigos e propostas. E aí houve a reunião da comissão. A comissão se reuniu, debateu, e eles foram os responsáveis pela elaboração da norma.

A.C – Ah, perfeito.

M.S – Porque não é só discutir, é elaborar uma norma prática. Aí fizemos uma proposta e...

A.C – Qual foi doutora?

M.S – A proposta é enorme.

A.C – Não, mas eu digo assim, basicamente.

M.S – Não, porque são cinco condições, é presteza... Só olhando a norma, viu.

A.C – Isso para qualificar o merecimento.

M.S – O merecimento. É presteza, produtividade... Presteza, produtividade, participação em cursos, tem outra que eu não me lembro. São cinco.

A.C – Não faz mal. Mas entendi.

M.S – São cinco. Então nós atribuímos notas, assim, pontuação, não é, aos critérios...

[FINAL DA FITA 2-A]

M.S – (...) aos critérios para você chegar a uma nota final.

A.C – Para objetivar o merecimento.

M.S – Objetivar. O tribunal, encaminhamos ao tribunal correndo. Aí um colega me ligou que não estava boa, que não houve debate suficiente... Eu digo: “Olhe, realmente o debate foi pequeno, eu marquei a assembléia, foi pouca gente...”. Eu fiz aqui dentro a assembléia. Devia ter umas 20 pessoas, acho que 30 pessoas no começo, no fim devia ter umas 15. Mas foi o que nós pudemos fazer. Nós não podíamos ficar omissos diante da questão, o tempo era exíguo, então... E aí o tribunal publicou anteontem a resolução dele. Eu não li ainda a resolução. Segundo André, ele me disse que ele usa o arcabouço nosso, mas na hora de atribuir pontos ele foi mais subjetivo, ele não colocou aquela pontuação, eu não li a norma ainda, porque eu estava viajando. Mas não colocou a pontuação tão fechada como nós tínhamos colocado, não é. Mas de qualquer forma, ainda que hoje nós ainda, agora nós já temos, mas nós não tínhamos a norma, e o CNJ

prevê uma regra de transição, não é, enquanto não tem com os elementos, você volta ao fundamentado. Mas só o voto aberto, outra conquista, não é, o voto aberto e fundamentado, vários colegas pediram [VENIA], “Eu peço [VENIA] àqueles com quem eu tinha compromisso, mas a votação é aberta, fundamentada e eu tenho que me pautar pelo...”. Só isso já mudou.

A.C – É. Só isso vai exigir uma conduta mais de objetivar esse [agravante].

M.S – Coerente, vai exigir coerência. Vai exigir coerência, entendeu, exigir coerência.

A.C – Doutora, eu vou acelerar aqui porque eu sei que eu estou tomando o seu tempo, a senhora ainda vai viajar hoje.

M.S – Não, é um prazer. Se eu pudesse, eu conversava aqui com você o dia todo.

A.C – Pois é. Vou tocar noutro ponto diferente agora, que diz respeito à questão do encaminhamento da reforma sindical, que acabou parando, evidentemente, mas pelo menos alguns pontos que até para uma pessoa mais leiga assim fica mais complicado. Então, queria ouvir a sua opinião.

M.S – Olha, veja só, a reforma sindical precede a trabalhista, não é, e hoje o encaminhamento e tudo. A minha visão é a seguinte, ela tem pontos bons, acaba com o imposto sindical...

A.C – A senhora acha que ela acaba?

M.S – Não, ela tem uma regra de transição e vai acabando, não é, chega ao fim... Bom, acaba, ela cria um outro tipo de contribuição, não é, que é a contribuição decorrente da negociação coletiva, à medida que ele tem, quer dizer, ela pode ser cobrada quando há êxito na negociação coletiva.

A.C – A minha dificuldade às vezes de entender isso é se vai continuar tendo o caráter de compulsória.

M.S – Não, não.

A.C – Não, no entendimento da senhora não, não é doutora.

M.S – Não. Ele é, ela passa a ser devida apenas quando o trabalhador, isso tem que ser instituído na norma coletiva, não é.

A.C – Certo.

M.S – Quando o trabalhador, quando o sindicato, ele negocia e obtém vantagem, não é. Então aí ele pode cobrar. É evidente que isso pode ser objeto de burla, porque pode ser. Mas de qualquer maneira...

A.C – A senhora acha que a intenção é terminar efetivamente.

M.S – Ah sim, compulsoriamente sim. Agora, para mim o grave problema da reforma sindical é a questão da legitimidade derivada, não é.

A.C – Certo.

M.S – Em que, quando o sindicato pode atender aos requisitos da lei e se formar, notadamente em relação à base, a quantidade de integrantes da base. E pode também, você sabe como funciona isso, não é?

A.C – Sei. É que as centrais elas vão reconhecer...

M.S – Não, elas cedem uma parte, porque, por exemplo, a central ela tem, um exemplo, não é, 15 mil filiados. Ela só precisaria, nos termos da lei, de 5 mil. Esses 10 mil ela cede para o sindicato. Então, o sindicato nasce com uma base, com uma categoria a ela

vinculada, que não foi angariada por ele próprio, foi cedida, isso teoricamente, evidente, virtualmente. Isso é uma coisa virtual porque cede só para compor, é como no INSS, quando você vai fazer um financiamento, você pega duas, três pessoas para compor a renda. Não quer dizer que aquelas pessoas todas vão contribuir para pagar. Não. É uma ficção aquilo. Então ele cede, nessa base da ficção ele cede essa legitimação que lhe sobra para formar o sindicato. Então o sindicato já nasce atrelado àquela central sindical, por conta dessa legitimação extraordinária de que ele foi beneficiado. Para mim isso é o ponto pior. E o grande problema que a gente discute e vê é que ele não vai dar a emancipação que se esperava ao sindicato e o medo é que quando vier e se vier a reforma trabalhista, é que encontre os sindicatos fracos. Porque de qualquer maneira a unicidade sindical, isso é uma grande questão, não é.

A.C – É.

M.S – De qualquer maneira a unicidade sindical, apesar de ela não ser democrática e tudo, mas ela, de qualquer maneira, dá maior, aos sindicatos que realmente são atuantes, dá maior envergadura ao sindicato. Então, vai se encontrar sindicatos mais fracos e na hora de negociar a reforma sindical esses sindicatos que já foram fragilizados eles não terão, eles não terão poder de luta, no Congresso Nacional, nas centrais, as federações, porque os sindicatos estão mais fragilizados. E isso é uma coisa muito interessante. Nós participamos aqui, a amatra, da Conferência Estadual do Trabalho, naquele Fórum Mundial do Trabalho que precedeu as reformas, não é, e os juizes do trabalho eles eram os defensores dos empregados. Os empregados enfrentaram aqui as conferências de uma maneira desarticulada. Os empregadores contrataram advogados, ta, ta, ta, o pessoal da FIEB, que é um pessoal capacitado para a negociação, não é. E os empregados mal representados.

A.C – Nada.

M.S – E os juizes do trabalho participaram e foram um baluarte. Até houve uma vez, em um certo dia aí, já na plenária final, eles queriam lançar um protesto contra os juizes, não é.

A.C – Quem é que queria?

M.S – Os empregadores.

A.C – Os empregadores, não é.

M.S – Eram bancadas, não é, a bancada dos empregados, a bancada dos empregadores. A bancada dos empregadores queriam lançar um protesto.

A.C – Contra a atuação dos juízes.

M.S – Contra a atuação dos juízes do trabalho. Terminaram que não fizeram. Mas eles queriam fazer porque acharam que os juízes é que seguraram a discussão e não deixaram que eles aprovassem e encaminhassem como conclusão da Bahia diversas propostas flexibilizadoras, diversas propostas contrárias aos interesses mesmo dos trabalhadores.

A.C – Dos trabalhadores.

M.S – Então, essa questão enfraqueceu. Será que essa reforma trabalhista quando vier vai pegar os sindicatos mais fracos? Eu acho que vai.

A.C – A senhora acha que na reforma sindical a indicação é para a pluralidade realmente?

M.S – Eu acho que sim.

A.C – Acha também que sim.

M.S – E a Anamatra defende a pluralidade sindical, não é. A Anamatra defende a pluralidade sindical, não defende a unicidade. Eu também defendo, mas ao mesmo

tempo eu tenho um certo temor, eu não nego não, eu tenho um certo temor de pulverizar. E pulverizar junto de, quer dizer, usando como elemento o nosso cidadão brasileiro, não é, que é um cidadão que infelizmente não tem ainda, não tem educação, não pode ter consciência das coisas.

A.C - Agora, pela reforma, eu também não sei se o meu entendimento é correto porque ela não é fácil de ser entendida não, não é.

M.S – Não.

A.C – Me pareceu que seria possível, assim, a união de alguns sindicatos. Quer dizer...

M.S – É possível.

A.C – Como a coisa da categoria estrito senso acabou, então é possível...

M.S – As centrais sindicais elas vão exercer um papel fundamental. Elas hoje não são reconhecidas. Elas são reconhecidas como sociedades civis, não é, mas não têm representatividade formal no mundo do trabalho.

A.C – E vão ter.

M.S – Vão passar a ter. Então, isso é um fator muito importante porque é um movimento social, não é, genuíno, porque o resto é atrelamento, as federações, as confederações, é um atrelamento necessário, obrigatório pela lei. Já as centrais sindicais elas... Mas as centrais sindicais também hoje, é aquela história, que todos hoje estão voltados a manutenção do emprego e pouco voltados a angariar, não é, angariar conquistas, ampliar as conquistas, por conta da crise econômica e tal. Mas de qualquer maneira eu acho que a pluralidade favorece ao amadurecimento. Agora, essa fase de transição aí é que, contando com a massa de trabalhadores que a gente sabe que conta, eu tenho um pouco de receio, sabe. Eu tenho um pouco de receio. Mas eu acho que o

Brasil de qualquer maneira, entre trancos, barrancos, CPIs, não se pode negar que vem amadurecendo, não é. Não se pode negar, vem amadurecendo.

A.C – E em relação ao poder normativo, doutora, como é que a senhora acha que em função da emenda ficou?

M.S - Olha, o poder normativo hoje ele deixou de ser normativo e passou a ser arbitral. Na verdade, a Justiça do Trabalho vai funcionar como um árbitro, um árbitro público, não é, para as questões envolvendo os sindicatos. O poder normativo anterior, ele tinha a desvantagem de ser uma fonte externa criando normas e que muitas vezes eram inferiores até àqueles patamares já obtidos anteriormente através da negociação coletiva. É uma coisa de construir o direito por quem não conhece a realidade, não é. É meio empírico, aquilo era empírico realmente. Era uma coisa empírica. E agora atuando como árbitro porque de fato o poder normativo enquanto atividade jurisdicional praticamente acabou, não é, e ele só vai ser acionado também em caso de greve em atividades essenciais, não é, pelo Ministério Público do Trabalho. O que por sua vez também, no caso de greve, restringe muito a atuação da Justiça do Trabalho, e exige também a concomitância dos dois lados requererem a atuação.

A.C – Então, isso dos dois lados requererem a atuação é um negócio complicado, não é doutora?

M.S – Inviabiliza na prática.

A.C – É.

M.S – Inviabiliza na prática. Então, eu acho que o poder normativo está mitigado, acabou, e essa arbitragem pública aí, vamos inaugurar para ver como ela vai funcionar. Mas realmente ela... Agora, não era bom também. Não era bom, porque você criava condições de direito em cima de uma coisa que você... Eu às vezes fico pensando na questão de greve, às vezes a greve se arrasta, arrasta, arrasta. Deixa então a categoria se bater até exaurir. Isso é uma coisa assim que eu, apesar de “Ah, não, não tem que se

meter, tem que deixar as categorias negociarem”. Mas eu acho meio complicado você deixar uma coisa assim até se exaurir.

A.C – Aí o poder normativo tinha um papel...

M.S – Tinha um papel, porque o que é que acontece, quem vai desistir é o empregado, não é o empregador. Quem vai ceder é o empregado.

A.C – É, eu acho que 90% de chance pelo menos, não é.

M.S – Do empregado ceder, ceder sem levar nada. É uma situação realmente, é uma situação realmente nova aí que vamos ver como vai funcionar, não é. Vamos ver como vai funcionar.

A.C – É um período muito especial, não é doutora.

M.S – É, e a gente sente aqui. A primeira gestão da segunda está sendo muito diferente pelas demandas, natureza de demandas é muito diferente.

A.C – Bom, agora para concluir, porque realmente já lhe ocupei bastante, queria perguntar para a senhora se mais ou menos na sua perspectiva, e considerando esse momento de transição tão especial que a Justiça do Trabalho vem vivendo, o que é que a senhora considera, assim, que são as maiores dificuldades a serem enfrentadas pela magistratura do trabalho?

M.S – Eu acho que é a democratização dos tribunais, não é. É um ponto importante, isso é bonito o discurso, mas é duro na prática, de você conseguir implementar. Por exemplo, eu encaminhei aqui uma proposta que já está vigendo no tribunal do Espírito Santo, uma proposta de formação de um conselho de orçamento consultivo com a participação da amatra. Encaminhei a resolução do tribunal da 17ª pedindo. A amatra quer se meter em tudo, a amatra quer mandar no tribunal, não é. Quer dizer...

A.C – São difíceis essas cláusulas da amatra para os tribunais.

M.S – Difíceis. Aqui na Bahia a coisa não é tão difícil por um motivo, o nosso tribunal ele é um tribunal e a gente vislumbra, assim, não é, todos, é um tribunal que a gente pode chamar de equilibrado. Não é um tribunal, só em um passado muito remoto, mas assim, de 15 anos para cá, ele é um tribunal aonde você não vê nenhuma exacerbação. Então, a gente atua, trabalha e tudo, mas não é realmente um tribunal que lhe dê muito trabalho, que faça peripécias que você vê por aí. A gente se posiciona, a gente, não é, influi, inclusive até, eu até fico brincando, não é, o corregedor elogiar o presidente da amatra é perigoso, afinal... Mas o corregedor ele elogiava assim muito a atuação da amatra, como na posse, no discurso de posse, ele se manifestou duas vezes, se referiu duas vezes a minha pessoa, uma vez ao discurso e outra vez dizendo que ele se engajava na extirpação de um fosso entre a primeira e a segunda instância e que eu era adepta de acabar com isso e tudo. Então, na verdade, a gente não tem, assim, grandes embates com o tribunal, porque o tribunal é um tribunal que na média, quer dizer... Por exemplo, esse negócio do merecimento, eu não li ainda. Mas ele não fez nada, ele pegou a proposta da amatra, mexeu, não fez nenhum absurdo, pelo o que eu já vi, não é, não fez nenhum absurdo, entendeu. Ele não é um tribunal problemático, não é. Então a gente não tem assim grandes, se impõe... Agora mesmo, isso assim, não é, a gente tem, assim, posicionamento, agora ele está se posicionando para redistribuir os processos de execução todos, a amatra se posicionou contra. Mas não há, assim, uma guerra declarada, não é. Não há. A gente realmente tem um tribunal equilibrado, isso não se pode negar. Mas é uma constante vigilância, não é. É uma constante vigilância e nós tivemos aqui esses dias, não é, fomos juntos fazer várias visitas e tudo, trabalhando para a candidatura do colega. E eu até achei que ele viu bem como é a articulação, porque a gente adquire lá, não é, a gente adquire uma articulação com os parlamentares da Bahia por tanta lide que você tem, você adquire, conseguir ir a duas audiências rapidamente, então... Eu acho assim, que o tribunal respeita a amatra, não é, agora, não quer democracia interna, está se metendo nisso... Mas isso deixa falar, deixa falar, não é. A colega, “Ah, mas a gente vai se posicionar contra a redistribuição, se vai acontecer a redistribuição...”. E daí? A gente vai se posicionar como a gente acha, se vai haver ou não é outra história, se a gente vai tomar alguma atitude contra, é outro departamento

também. Mas não é porque o tribunal vai fazer, isso é quem não tem noção nenhuma, não é. Não é porque o tribunal vai fazer que a gente vai fazer para não ser vencido. E daí se for vencido? Qual o problema de ser vencido? Nenhum.

A.C – Faz parte, não é.

M.S – Faz parte. A gente tem realmente é que se posicionar. Isso tem que fazer. Agora, se for vencido... A gente vai ver, se os colegas quiserem [INAUDÍVEL] tomar alguma medida judicial, vamos convocar uma assembléia. Eu sou muito, no começo diziam que eu era, esse colega Rubem, que foi o meu antecessor, “Você é assembleista, você adora uma assembléia”. Adoro uma assembléia. Outro dia teve uma discussão aí sobre uma besteira, distribuição de telefone celular da Oi, de um convênio que nós temos. “Ah, que devia ser assim, porque devia ser assado”. Aí botei uma mensagem: “Colegas, na assembléia realizada no dia tal, foram fixados os seguintes critérios para a distribuição: tal, tal, tal, tal, tal”. Aí o colega veio: “Já que a assembléia decidiu, é coisa julgada, não se discute”, entendeu? Várias vezes, em várias situações eu agradeço ter feito assembléia, eu agradeço ser democrática. Eu estou fazendo um auto elogio, mas estou dizendo a verdade...

A.C – Mas para a segurança da comunidade.

M.S – Com qualquer colega que você converse ele vai dizer. Eu sou democrática, faço questão. Não por, primeiro porque acho que devo. E segundo porque dá segurança. É um engodo as pessoas acharem que o autoritário é quem tem segurança. Quem tem segurança é quem tem por trás de si quem lhe respalde. Então, a diretoria, “Isso para que vai levar para a diretoria?”. “Vou levar”. “Para que vai levar isso para a assembléia?”. “Vou levar”. Porque a assembléia decidiu, ponto. Eu não quero nem saber quem morreu, a assembléia decidiu. Então, é um respaldo que você adquire. E também os colegas têm que amadurecer, têm que aprender a discutir e têm que criar mesmo essa cultura, que aqui foi alijada. A primeira assembléia que eu fui como vice-presidente, com o colega presidente, eu fiquei em pânico. Todo mundo falava ao mesmo tempo e ele ia tocando. Eu: “Meu Deus! Como é que uma pessoa pode presidir uma

assembléia?”. Mas não, é porque ele deixava falar porque ele ia botando, botando em votação, e ninguém discutia porque estava falando entre si, ninguém ouvia direito... Aprovou. Não é assim que se constrói, não é.

A.C – Bom, com certeza por isso a senhora foi reeleita. Eu queria agradecer muito sua atenção...

M.S – E eu agradecer sua visita e lhe pedir que você coloque alguma coisa no papel para que eu possa então fazer uma noticiuzinha para colocar no site dizendo... Acho que nem vou botar foto, porque eu não pude tirar de Marco, botar só a minha parece que eu estou... Mas eu vou botar a notícia de que você esteve comigo e esteve com João e com Marco Nascimento fazendo entrevista, vou fazer aí...

A.C – E eu agradeço muito a senhora, o seu interesse pela pesquisa e a sua atenção. Muito obrigada.

M.S – E depois você acessa o site para ver a notícia.

A.C – Com certeza. Está certo. Muito obrigado, doutora.

[FINAL DO DEPOIMENTO]